

MARIA JULIA SOUZA CHINALIA

**MULHERES NA PRISÃO: ESTUDO
PSICANALÍTICO DE UM DOCUMENTÁRIO
BRASILEIRO**

PUC-CAMPINAS

2012

MARIA JULIA SOUZA CHINALIA

**MULHERES NA PRISÃO: ESTUDO
PSICANALÍTICO DE UM DOCUMENTÁRIO
BRASILEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prof^a Dra^a Tânia Maria José Aiello Vaisberg

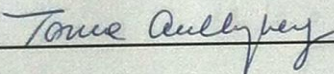
PUC-CAMPINAS

2012

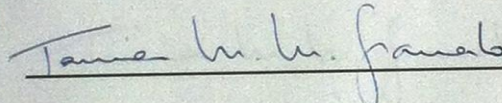
MARIA JULIA SOUZA CHINALIA

**MULHERES NA PRISÃO: ESTUDO
PSICANALÍTICO DE UM DOCUMENTÁRIO
BRASILEIRO**

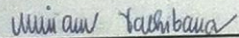
BANCA EXAMINADORA



Presidente Prof^ª Livre Docente Tânia Maria José Aiello Vaisberg



Prof^ª Dr^ª Tânia Mara Marques Granato



Prof^ª Dr^ª. Miriam Tachibana

PUC-CAMPINAS

2012



*“A prayer for the wild at
heart, kept in cages.”*

Tennessee Williams

AGRADECIMENTOS

Sou grata aos meus pais Nelson Sebastião Chinalia e Elisabete Lourdes de Souza Chinalia, por terem me ensinado a importância de uma formação pessoal e ética, bem como por tudo que representam em minha vida.

Agradeço à minha orientadora, Tânia Maria José Aiello Vaisberg, por me proporcionar uma experiência enriquecedora e gratificante, acolhendo-me sempre de maneira suficientemente boa e pessoal. Sua paciência e dedicação certamente contribuem de modo decisivo na minha formação enquanto pesquisadora.

Os integrantes do Grupo de Pesquisa não podem ser esquecidos, nesse momento, pelo acolhimento, atenção e efetiva participação nas discussões que versaram sobre minha pesquisa. Destaco, em especial, Rafael Aiello-Fernandes e Elisa Corbett, pela amizade e pelo apoio.

Os docentes Leopoldo Pereira Fulgencio Junior e Marly Aparecida Fernandes, que participaram de minha banca de qualificação com valiosos ensinamentos e importantes contribuições.

As ilustrações do artista e amigo Gabriel Bhering Batista Soares conferem beleza a um trabalho que versa sobre muito sofrimento. Deixo aqui meu “muito obrigada” pelo modo como soube expressar aspectos importantes do meu texto.

Agradeço à Marina Santana Zorzetto pelo trabalho de elaboração do resumo traduzido em língua inglesa, além da grande amizade e apoio ao longo deste trabalho.

Quero também lembrar dos amigos, por serem todos tão maravilhosos e presentes, em especial Haroldo César Ferreira e Daniel Rodrigues de Abreu.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos.

ABSTRACT

CHINALIA, Maria Julia *Women in Prison: Psychoanalytic Study About Brazilian Documentary*. 2012. 78p. Dissertation (Master's Degree in Psychology as Profession and Science) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Life Sciences Center, Graduation Program in Psychology, Campinas, 2012.

The present essay intends to investigate, in a psychoanalytic view, the emotional experience of women who are serving sentences after being judged under rule of law situations. It is justified as to achieve emotional comprehension over these people can shed some light on the way particular, adverse, oppressive conditions reflect themselves over individual subjectivities. The research is organized, methodologically, as a case study by means of the psychoanalytic approaching of a Brazilian documentary entitled "Histórias de Daluana" (2007). Successive exposure to the movie, accompanied by the audio transcription, allowed the interpretative production of the following affective-emotional sense fields, or relative unconscious: "Personal Value", "Bride-Girl", "Business Woman" and "Disconcerting Mother". We finished this research establishing a dialog between Winnicott's theory about deprivation and delinquency. The overall picture points that the interviewee's emotional experience is mainly based over the feeling of humiliation, from which she tries to defend herself in various ways, using more or less conservative imaginations. Within the limits imposed by the embraced investigative proceeding, this research carries comprehensive reflections and leads to questionings that can enlighten similar situations.

Keywords: Female inmates, emotional experience, cinema, psychoanalytic research.

RESUMO

CHINALIA, Maria Julia. *Mulheres na Prisão: Estudo Psicanalítico Sobre um Documentário Brasileiro*. 2012. 78p. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2012.

O presente trabalho tem como objetivo investigar psicanaliticamente a experiência emocional de mulheres que estão em cumprimento de pena após julgamentos em situações de estado de direito. Justifica-se na medida em que a conquista de compreensão emocional, sobre estas pessoas, pode lançar luz sobre o modo como condições concretas desfavoráveis e opressivas se refletem sobre subjetividades individuais. A pesquisa se organiza, metodologicamente, como estudo de caso, por meio da abordagem psicanalítica de um documentário brasileiro, intitulado “Histórias de Daluana” (2007). Sucessivas exposições ao filme, acompanhadas pela transcrição do áudio, permitiram a produção interpretativa dos seguintes campos de sentido afetivo-emocional, que se articulam indicando a centralidade da experiência de humilhação social: “Valor Pessoal”, “Menina-Noiva”, “Mulher de Negócios” e “Mãe Desconcertante”. Finalizamos estabelecendo uma interlocução com a teoria winnicottiana, para propor que a reconhecida vinculação entre privação e delinquência deve ser completada, na compreensão de casos análogos ao aqui considerado, pela inclusão da problemática da humilhação social, na medida em que este é o foco do sofrimento da entrevistada, que gera diferentes defesas, que utilizam elementos de imaginários mais ou menos conservadores. Nos limites impostos pelo procedimento investigativo adotado, essa pesquisa suporta reflexões compreensivas e suscita indagações que podem iluminar situações análogas.

Palavras-chave: presidiárias, experiência emocional, cinema, pesquisa psicanalítica.

SUMÁRIO

Apresentação.....	09
Capítulo 1 - Mulheres na Prisão.....	12
Capítulo 2 - Cinema, Mulher e Realidade Brasileira.....	23
Capítulo 3 - Estratégias Metodológicas.....	40
Capítulo 4 – Narrativas de Daluana.....	49
Capítulo 5 - Campos de Sentido: Reflexões Compreensivas.....	58
Capítulo 6 - Humilhação e Delinquência: Interloquções.....	63
Referências Bibliográficas.....	68

APRESENTAÇÃO

Apresentamos, nesta dissertação, uma pesquisa que tem como objetivo investigar psicanaliticamente a experiência emocional de mulheres que estão em cumprimento de pena após julgamentos em situações de estado de direito. Insere-se, deste modo, num conjunto de investigações por meio das quais buscamos produzir conhecimento sobre dimensões afetivo-emocionais subjacentes às condutas imaginativas, que contribuem para a configuração dos contextos sócio-psíquicos em que vivemos, bem como sobre o modo através do qual condições concretas opressivas e desfavoráveis se refletem sobre subjetividades individuais e histórias de vida.

Entendemos que o envolvimento em atos delinquentes, bem como a pena de privação de liberdade, são fenômenos complexos, multifacetados e multideterminados. Sendo assim, merecem ser estudados pelas diferentes ciências humanas, as quais poderão lançar luz sobre aspectos, facetas e características diversas (Bleger, 1963). A psicologia traz uma contribuição específica, de inegável valor, quando focaliza a experiência emocional de personalidades individuais e transindividuais (Goldmann, 1971) de modo rigoroso, sem incidir no reducionismo que ocorre exatamente quando determinações sociais, culturais, políticas e históricas são desconsideradas. Tal equívoco surge sempre que o psiquismo é visto como “aparelho” desconectado das concretas condições de vida (Bleger, 1958; 1963; Politzer, 1929).

O trabalho está organizado em seis capítulos. Dois deles têm caráter introdutório, permitindo que vários temas, em cuja confluência se circunscreve a pesquisa, sejam abordados. São eles: prisão, condição feminina, precariedade social e cinema.

O leitor encontrará, no primeiro capítulo, intitulado “Mulheres na Prisão”, considerações sobre a problemática do encarceramento de mulheres no mundo contemporâneo, tal como vem sendo estudada por pesquisadores que reconhecem que especificidades da condição feminina não podem deixar de ser levadas em conta.

O segundo capítulo, intitulado “Cinema, Mulher e Realidade Brasileira”, pode ser visto como um sobrevoo que percorre questões relevantes para a compreensão da problemática focalizada em nossa investigação. Não ultrapassam a elaboração de considerações preliminares, mas estas nos parecem suficientes neste momento.

As estratégias metodológicas utilizadas são fundamentadas e descritas no terceiro capítulo. Corresponde ao uso do método psicanalítico como abordagem qualitativa em pesquisas empíricas, tal como vem sendo usado em trabalhos do Grupo de Pesquisa PUC-Campinas/CNPQ Prevenção e Intervenção Psicológica.

Uma transcrição das falas do documentário estudado, “Histórias de Daluana”, é apresentada no capítulo quatro. Não acreditamos que sua leitura possa substituir a experiência de exposição ao filme, mas que possa servir para aquele que já assistiu ao documentário possa acompanhar as interpretações e reflexões que trazemos.

O capítulo cinco tem como título “Campos de Sentido: Reflexões Compreensivas”. Divide-se em duas partes, a primeira bastante concisa, na medida em que buscamos caracterizar nitidamente quais são as regras lógico-emocionais que definem cada campo. Na segunda parte, articulamos os campos produzidos com as comunicações da entrevistada e com questões vinculares, existenciais e sociais que são, a nosso ver, pertinentes.

Finalizamos o trabalho com um capítulo menor, dedicado ao que se poderia denominar “fechamento provisório”. Esta expressão alude claramente ao caráter provisório e inerentemente inconclusivo da pesquisa qualitativa, que toma recortes da vida humana como fenômenos a serem investigados. Vendo a realidade humana acontecer em marcha, todo saber é essencialmente transitório, mesmo se rigorosamente produzido. Merece, contudo, ser comunicado porque traz uma leitura interpretativa possível que, por sua própria enunciação, pode gerar novas percepções.



CAPÍTULO 1

MULHERES NA PRISÃO

O presente capítulo versa, basicamente, sobre duas questões que se articulam intimamente na nossa pesquisa: a prática do encarceramento, como medida judicial, e as formas como se concretiza quando mulheres são condenadas. Seu objetivo é trazer uma visão panorâmica sobre o debate contemporâneo que tem tais questões como foco, tendo em vista situar o contexto no qual a nossa pesquisa foi realizada.

O ENCARCERAMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL

De acordo com o relatório mais atual – junho de dois mil e onze – do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, existem, em nosso país, 513.802 pessoas encarceradas (InfoPen,2011). Isso equivale a 269,38 pessoas presas por 100.000 habitantes. Tais cifras são impressionantes, suscitando reflexões sobre as condições sociais no contexto das quais emerge semelhante quadro.

Nosso país possui a terceira maior população carcerária do mundo. Fica atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Nos últimos cinco anos, ocorreu um crescimento de 37% no número de presos do Brasil. Do total da população carcerária, 44% ainda são presos provisórios, ou seja, pessoas que aguardam o julgamento de seus processos.

Sabemos que o Brasil é um país que se caracteriza por profundas desigualdades sócio-econômicas, apresentando uma das piores distribuições de renda do mundo. Neste ambiente social, o impacto do cultivo de valores consumistas e do individualismo tendem a se refletir no aumento da criminalidade (Conte et. al., 2007).

De acordo com dados obtidos pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, havia, em 2010, mais de doze milhões de famílias no País recebendo o benefício do “Bolsa Família”, que é um programa de transferência direta de renda proposto pelo governo, tendo em vista auxiliar famílias em

situação de pobreza e de extrema pobreza, em todo o território nacional. Em 2010, havia 16 milhões de brasileiros com renda *per capita* inferior a R\$ 70 mensais, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.¹

Desigualdades pronunciadas refletem-se, compreensivelmente, na dificuldade de acesso à instrução, tornando interessante a observação do que encontramos dentro e fora do ambiente prisional. De acordo com o InfoPen (2011), existem 212.216 presos sem o ensino fundamental completo, e apenas 579 presos com ensino acima do superior completo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em 2011, mais de quatro milhões e seiscentos mil brasileiros não apresentavam nenhum grau de instrução. Como se vê, o ambiente prisional replica as condições prevalentes na nossa sociedade.

A nosso ver, esta correlação não deve ser interpretada como indício claro e direto de que os mais pobres tenderiam mais facilmente à criminalidade. Este raciocínio, evidentemente superficial, conduziria a um posicionamento de criminalização da pobreza (Silva, 2010), num raciocínio reducionista e simplificador, segundo ideologias autoritárias e conservadoras que só beneficiam aqueles que gozam de condições de vida social e economicamente privilegiadas. Entretanto, não podemos ignorar que condições de incomensuráveis desigualdades, geradoras de situações de grave precariedade social e econômica, são fonte de sofrimento e desesperança, que podem contribuir para a entrada numa trajetória delinvente (Feijó e Assis, 2004).

Não se pode, contudo, sustentar o objetivo de melhorar um indivíduo através de sua prisão em uma instituição deteriorante. Trata-se de uma impossibilidade reconhecidamente estrutural, não solucionada pelas ideologias “re”: ressocialização, reeducação, reinserção, repersonalização, reindividualização, reincorporação. Este tipo de diretriz, sustentada pelo discurso oficial em vigor, fundamenta-se no pressuposto de que a delinquência

¹ Recomendamos ao leitor interessado em inteirar-se sobre o debate relativo a política subjacente ao Bolsa Família, a leitura de Mathis, Nascimento e Gomes(2010).

seria fruto de problemáticas individuais, de caráter interno, que poderiam ser superadas por meio de uma transformação das pessoas individuais, via processos de caráter sócio-educativo. Nesta linha, a organização social não é nunca questionada – o que é compreensível, pois os grupos que gozam de situações privilegiadas desejam e atuam no sentido da manutenção do *status quo*. Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que o discurso da reeducação é preferível a outros que eventualmente legitimem a conversão dos cárceres em campos de concentração, que teriam como objetivo único a pura e simples punição individual (Silva,2005).

Por outro lado, há que se lembrar que na medida em que a criminalidade ameaça a segurança pública, a resposta social, operada pela polícia e pelo judiciário, de privação de liberdade, apresenta-se, também, sob um viés aparentemente pragmático, de proteção aos cidadãos “de bem”. Contudo, devemos reconhecer que a lógica, subjacente ao confinamento do criminoso, emerge e faz sentido no contexto de um imaginário paranoico², segundo o qual existiriam, de um lado, seres humanos inerentemente perversos, capazes de prejudicar os demais, enquanto encontraríamos, de outro lado, as pessoas decentes, capazes tanto de respeitar a lei como de considerar o próximo (Bleger, 1963). No interior desta lógica, o importante seria “afastar” os dois tipos de seres humanos, seja pela via do banimento e expulsão de um dado espaço territorial, como exílio, seja pela via do confinamento prisional ou, ainda, por meio do assassinato, que em alguns países é legalizado sob a forma de pena de morte.

Na sociedade ocidental, a prisão tem prevalecido como opção preferencial, nos últimos séculos, pelo menos nos espaços sociais de maior visibilidade sob controle de estados de direito. Em outras situações, como na guerra ou no terrorismo, a prisão é forma de exercício direto de poder violento, manifestando-se como sequestro. Tanto os campos de concentração nazistas como a escravidão dos africanos são exemplos emblemáticos de encarceramento e sequestro em massa. Nestes casos, o assassinato pode ser

² Segundo Bleger (1963), a estrutura de conduta paranoide descreve um modo de estar no mundo que consiste em vê-lo fundamentalmente como espaço habitado por aliados e inimigos, que devem ser combatidos. O termo paranoia é usado num sentido descritivo, que independe da existência ou inexistência de perigos “reais”.

estrategicamente postergado para atender interesses pragmáticos de quem detém o controle da situação.

Ainda que se limitem à consideração do universo europeu, cujas características não coincidem com aquelas encontradas nas regiões colonizadas, as formulações de Foucault (1987) trazem elementos que podem contribuir para o aumento da compreensão daqueles que pesquisam sobre práticas sociais de encarceramento em outros contextos geopolíticos. Para este autor, a forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática pelos códigos penais. Aparentemente, na França dos séculos XVII e XVIII, existiriam indícios de que se tenha constituído fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram processos de repartir, fixar, distribuir espacialmente e classificar indivíduos para deles tirar o máximo de tempo e o máximo de forças. Segundo esta linha de pensamento, a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho precioso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse com a pena por excelência.

Na ótica foucaultiana, tanto na Europa como onde o sistema de governo monárquico perdurava, a detenção, com caráter de suplício, tornou-se, com o passar do tempo, o dispositivo preferencial de controle social. A pena de morte, bem como os castigos corporais ou infamantes, foram lentamente substituídos pelo encarceramento. Isto quer dizer que a pena, que antes era centrada no suplício do corpo, passou a concretizar-se sob a forma de perda se tomou mais tarde como objetivo a perda de um bem ou de um direito. No dizer de Foucault (1987), a punição, antes direcionada ao corpo, passou a visar a alma, mediante a privação da liberdade individual. O trabalho deste autor permite concluir que o encarceramento, vendido ideologicamente à população como solução “natural” do problema da criminalidade, é produção social datada e situada na história do ocidente. A história da justiça penal teria sido, nessa perspectiva, profundamente marcada pela institucionalização da prática do encarceramento que veio a se tornar peça essencial no conjunto das punições legalmente aceitáveis.

Entretanto, a prisão passou a ser denunciada, ao final do século XIX, como o grande fracasso da justiça penal, já que não diminuiu a taxa de

criminalidade, seja porque não chegou a operar a separação entre criminosos e cidadãos de bem, seja porque não funcionou como argumento dissuasivo da delinquência (Foucault, 1987).

Um dos motivos pelos quais a prisão parece conduzir ao aumento da criminalidade teria a ver, de acordo com Foucault (1987), com o fato da detenção provocar reincidência criminal. O egresso tenderia a retornar ao cárcere. A prisão não poderia deixar de fabricar delinquentes, dado o tipo de rotina aí vigente, que incluiria isolamento³ nas celas e imposição de trabalho inútil. A prisão também produziria delinquentes porque imporá limitações violentas aos detentos, configurando-se como espaço institucional propício ao abuso de poder.

Outros autores, como Mariño (2002), enfatizam que a reincidência criminal é um elemento chave na constituição do fenômeno que tem sido denominado como “carreira criminal”. Esse problema refletiria, de modo muito claro, o fracasso dos processos de reabilitação social dos infratores. Movido pela intenção de formar uma base empírica, que pudesse orientar a proposição de políticas prisionais e de justiça criminal, este autor decidiu investigar os determinantes da reincidência, efetuando levantamentos nos registros oficiais do sistema prisional da Secretaria de Justiça do Rio Grande do Sul. Ocupou-se, assim, de identificar, quantificar e comparar os efeitos isolados de três variáveis que considerou fundamentais: condições prisionais, condições socioeconômicas e tipo de crime cometido.

Cristina Rauter (2007), em interessante artigo intitulado “Clínica e Estratégias de Resistência: Perspectivas Para o Trabalho do Psicólogo em Prisões”, apresenta esta instituição como dispositivo de produção de criminalidade, contrariando radicalmente o discurso jurídico da reabilitação social. A seu ver, o discurso, segundo o qual a disciplina operaria no sentido de favorecer uma compreensão e aceitação da lei e de valores morais, não se sustenta diante dos fatos. Além disso, critica, também, a ideia de que a

³ Não podemos deixar de notar que provavelmente Foucault não tivesse notícias do que se passa em um Carandiru e outras prisões dos países periféricos, onde o isolamento é substituído pela hiperlotação que, diga-se de passagem, também existiu nos campos de concentração nazista.

substituição de um estado de “incultura” por outro, que se caracterizaria pelo respeito à ordem e à autoridade instituída, signifique ganhos éticos e sociais verdadeiros. Acentua, nesta linha, que a crença na eficácia do chamado tratamento penitenciário é algo que dificilmente pode ser compartilhado por teóricos ou mesmo por profissionais da área jurídica. Na verdade, o fracasso da prisão tem sido exaustivamente admitido até mesmo por atores sociais do sistema penitenciário, do sistema policial e do poder judicial. Ao contrário de qualquer efeito recuperador sobre o delinquente, a prisão parece gerar sempre, como subproduto indesejável, a reincidência e a preparação para uma carreira de criminoso crônico, da qual seria quase impossível escapar.

Parece prevalecer um reconhecimento do fracasso da instituição prisional. Provavelmente, estamos ainda longe de compreender de modo satisfatório a complexidade desse fenômeno. Contudo, acreditamos que provavelmente os estudiosos da questão deverão incluir, em suas considerações, as formulações de Erving Goffman (1974), que realizou um minucioso estudo do que denominou “instituições totais”, tais como manicômios e prisões, que definiu como em espaços de residência e trabalho, onde um grande número de pessoas convive entre si, cortando contacto e intercâmbio com a sociedade mais ampla, numa temporalidade duradoura. Nestes locais, o viver seria formalmente administrado, controlado e fiscalizado. Esta pesquisa permitiu a descoberta do efeito do estilo de vida reinante nestas instituições totais sobre o eu, que se faria no sentido de um “desaculturação” que incapacitaria o indivíduo para a vida social externa. Ao ser internado, o indivíduo seria submetido a uma forma de tratamento que enfraqueceria a iniciativa e a autonomia pessoal, pela via de uma mortificação sistemática (Macedo, 2004).

O ENCARCERAMENTO DE MULHERES

Neste momento, apresentaremos a questão do encarceramento de mulheres apoiando-nos, principalmente, no trabalho de Davis e Dent (2003). Esta opção se justifica pela importância que lhe é reconhecida tanto por estudiosos do meio acadêmico como por militantes dos movimentos sociais. A pesquisa pós-colonial considera que o tema foi tratado por estas autoras com

rigor e profundidade, motivo pelo qual entendemos que sua discussão pode ser, aqui, bastante útil.

Davis e Dent, (2003) apresentam o movimento denominado Resistência Crítica, que tem como objetivo denunciar a natureza destrutiva das práticas vigentes de encarceramento judiciário, que a seu ver se articulam à globalização e às estruturas de estado de caráter punitivo. Sobre o pano de fundo de contestação teórica e militante contra o imperialismo, propõem-se a repensar a relação entre o “complexo industrial carcerário” e a globalização, refletindo sobre questões como a intersecção de punição, gênero e raça.

Estas autoras realizaram visitas a um grande número de prisões, localizadas em diferentes regiões do mundo, o que lhes possibilitou chegar a conclusão de que este dispositivo deve ser considerado, desde uma perspectiva histórica, como instituição de caráter eminentemente colonizador. Realizando um rigoroso estudo da realidade vivida pelas próprias prisioneiras, sustentam que as práticas prisionais, reconhecidamente pouco eficazes, refletiriam a desorganização e o caos do movimento capitalista. A partir desta visão, explicam o fato, bastante curioso, das prisões femininas se assemelharem muito entre si, mesmo quando estabelecidas em países muito diferentes, como Estados Unidos e Brasil. Consideram esta semelhança bastante preocupante, porque derivaria, a seu ver, de práticas nas quais se materializa a prevalência de um conceito universal denominado “mulher”. Naturalmente, tal conceito resultaria de concepções abstratas que pensam o “feminino” de modo dissociada das condições concretas de existência das mulheres, legitimando, afinal de contas, práticas generalizadas de opressão.

Defendem, também, estas autoras, a valorização de conhecimentos produzidos sobre as mulheres nessas condições. Tomando, como ponto de partida, a posição inferior da mulher na dinâmica capitalista, lembram, para confirmar esta relação, quão expressiva é a presença de mulheres migrantes em condições de ilegalidade, nas prisões da Europa, continente buscado por populações de ex-colônias na esperança de conquista de melhores condições de vida. Assim, a caracterização comum das prisioneiras como usuárias de

drogas com baixo nível de instrução, serviria para ocultar determinações sociais da maior importância.

Prosseguem, ainda, afirmando que se configura atualmente, no mundo prisional capitalista, uma situação verdadeiramente irônica, na medida em que as prisões vem se tornando empresas, por meio de privatizações. Ora, como empresas, contratam funcionários, adotando muitas vezes políticas de pessoal supostamente mais éticas, ao empregar homens e mulheres de todas as “raças”. Pretendem atender reivindicações de movimentos sociais, de luta pelo direito de minorias, quando, de fato, prosseguem optando por práticas de caráter controlador e repressivo.

Consideramos que o trabalho conjunto de Davis e Dent (2003) evidencia, de modo convincente, que o fenômeno do encarceramento de mulheres apresenta especificidades que devem ser levadas em conta, caso estejamos preocupados e eticamente comprometidos com a transformação desta situação. As prisões só podem ser, realmente, rigorosamente compreendidas, caso sejam pensadas no contexto do capitalismo globalizado e das questões de gênero. A nosso ver, esta contribuição é fundamental na medida em que coloca o problema das prisões femininas sob uma ótica crítica e lúcida, que não se furta a pensar suas especificidades. Neste ponto, parece oportuno lembrar as colocações de Barbara Saunders⁴ (1999) que, focalizando as relações de poder dentro das penitenciárias, compara a vivência de mulheres na prisão a um relacionamento doméstico violento, no qual nunca se sabe o que vai acontecer e nem quanto sofrimento emocional pode ser gerado.

Pensamos poder contribuir, como psicólogas/psicanalistas, para a melhor compreensão desta complexa situação, bem como para sua transformação, pesquisando sobre a experiência emocional de presidiárias e sobre imaginários coletivos, de diferentes grupos sociais, sobre “mulheres na prisão”. Estes temas nos parecem fundamentais porque correspondem a fenômenos que emergem a partir de campos de sentido afetivo-emocionais, ou

⁴ Barbara Saunders é uma escritora e ex presidiária norte americana que, atualmente, oferece aulas preparatórias dentro da prisão de Tulsa em Oklahoma, tendo em vista favorecer a saída da prisão e a volta à vida social. Seu trabalho tem obtido grande repercussão na mídia e na internet.

inconscientes relativos, cuja pesquisa pode trazer conhecimento sobre o sofrimento dessas mulheres e daqueles com quem estão proximamente relacionadas, bem como sobre o ambiente sócio-psíquico em que tem culpa, tanto o delito quando as práticas prisionais. Neste momento realizamos um recorte que permite a focalização da experiência emocional da presidiária porque consideramos importante pesquisar de modo a contribuir não só para que a voz das próprias presidiárias possa ser ouvida (Gilligan, 1983), como também para que seja alcançada uma satisfatória compreensão dos campos inconscientes relativos subjacentes as suas comunicações (Chinalia, Riemenschneider e Aiello-Vaisberg, 2011). Compartilhamos o mesmo objetivo dos autores de pesquisas qualitativas, que visam interpretar “ação e experiência”, diferindo, contudo, de algumas correntes teóricas, que entendem que a escuta respeitosa exclui a consideração de determinantes inconscientes, na medida em que acreditamos que sua compreensão é indispensável para a transformação do mundo em que vivemos.

A nosso ver, na medida em que reconhecemos estas mulheres não apenas como praticantes de atos delinquentes, mas também como vítimas de opressão social, como pessoas que têm sua experiência configurada por um sofrimento emocional significativo, defendemos a realização de pesquisas que se aproximem maximamente de suas condições concretas de vida, dentro e fora da prisão. Entendemos que este movimento pode ser feito, basicamente, de duas formas: via acesso direto a presidiárias ou pela via do estudo de produções culturais que tomem esta condição como tema. Na verdade, podemos constatar, pela própria experiência, que muitas vezes um contato mais profundo com certas formas de sofrimento humano pode se dar por meio da literatura, do teatro, do cinema e outras artes, na medida em que permitem que nos postemos, como pesquisadores, de modo menos defendido diante de situações muito penosas (Aiello-Vaisberg e Machado, 2005).

Entretanto, queremos chamar a atenção para uma forma singular de produção cultural que é o documentário cinematográfico, principalmente quando centrado em depoimentos pessoais. Neste caso, não há representação dramática, como em filmes de ficção, mas um registro de caráter jornalístico de

comunicação, com os entrevistados fazendo a exposição de suas próprias vidas.

Ao usar documentários, o pesquisador/psicanalista renuncia à posição de entrevistador para estabelecer um encontro com o filme como plateia. Deste modo, estabelece uma relação transferencial peculiar e diversa.

A nosso ver, muitos feitos humanos podem ser interpretados por meio de documentários, inclusive os que aqui interessam. Firmam, assim, um modo proveitoso de estudar este tipo de produção para alcançarmos o objetivo investigativo de conhecer a experiência emocional de presidiárias.



CAPÍTULO 2

CINEMA, MULHER E REALIDADE BRASILEIRA

O presente capítulo está organizado em cinco partes: “O Advento do Cinema”, “Cinema e Psicanálise”, “A Mulher no Cinema”, “Cinema e Realidade Brasileira” e, finalmente, “Cinema Documentário”. Julgamos importante aqui abordar tais temas, ainda que rapidamente, num sobrevoo panorâmico, segundo uma estética peculiar, porque podem auxiliar o leitor a acompanhar o percurso investigativo aqui empreendido.

Escolhemos tais temas porque a pesquisa sobre a experiência emocional de mulheres na prisão, abordada por meio de documentário constituído por um depoimento pessoal, inscreve-se na confluência de várias questões, relativas ao tipo de material a partir do qual se pode realizar pesquisa psicanalítica. Defendemos, aqui, que o método psicanalítico pode ser operado no estudo de manifestações expressivas, que nos chegam sob a forma de uma produção que se inscreve, no mundo da arte e da cultura, jornalisticamente, a partir do seu cunho realista. Será como plateia, habitando um campo transferencial que se estabelece entre a entrevistada, a câmera e a exposição ao filme, que realizaremos nossa investigação.

Por este motivo, algo que pode ser percebido, à primeira vista, como digressões não organicamente relacionadas ao tema, justifica-se, neste momento, à guisa de capítulo dedicado ao cinema, à mulher e à realidade social.

O ADVENTO DO CINEMA

No contexto cultural da modernidade, o cinema criou um espaço onde ideias, técnicas, e estratégias de representação, já presentes em outros contextos, puderam se articular de modo significativo. As exposições universais, iniciadas em Londres, em 1851, celebrando os avanços científicos, conquistados sob o regime capitalista, reservaram um domínio significativo para iniciativas variadas no campo de entretenimento, evidenciando a vigência

de um paralelismo entre domínio econômico e desenvolvimento cultural (Morettin, 2011).

A primeira exibição cinematográfica, da qual se tem notícia, aconteceu em 28 de dezembro de 1895, em Paris, por obra dos irmãos Lumière. Contudo, a vinculação entre cinema e ciência parece ter ocorrido duas décadas antes, quando o fotógrafo inglês Edward Muybrdige montou uma incrível sequência de fotografias de corridas a cavalo. Isso foi logo percebido como o que viria a ser um grande recurso para o estudo da fisiologia do movimento. Cientistas de outras áreas não tardaram a dar-se conta das vantagens do cinema e a utilizá-lo. Embora tenha se expandido como uma forma de entretenimento, o registro cinematográfico continuou a servir como instrumento científico, figurando como uma ferramenta que possibilitava, e ainda possibilita, um sem número de experimentos (Oliveira, 2006; Mascarello, 2008).

Talvez em virtude da vivacidade das imagens e de sua reprodutibilidade, o registro cinematográfico conquistou um espaço importante na vida social, daí resultando profunda aceitação de sua linguagem como representação fidedigna e confiável da realidade. Cenas filmadas foram rapidamente reconhecidas como provas materiais, verdadeiros testemunhos, alcançando o estatuto de evidências científicas. Além de ser reconhecido como um dos símbolos da modernidade, o cinema passou a ser considerado como um meio extraordinário de difusão de informação e conhecimento (Oliveira, 2006).

Levando em conta a importância das expectativas de progresso científico na modernidade, não surpreende constatar que também tenham moldado meios de comunicação. Desta forma, não apenas documentários, mas também outros gêneros revelam a penetração da ciência na cultura. Podemos, portanto, afirmar que os filmes se revelam um ótimo material, que possibilita tanto uma análise da cultura como a compreensão da história da ciência. Os filmes são instrumentos que nos permitem visitar eventos, ocorridos ou imaginários, possibilitando, através de uma linguagem própria, transposições e vivências que, muitas vezes, acabam por se tornar referências de como a ciência e a técnica se imprimem em nossa sociedade. Há, portanto, evidências de que as experiências das plateias no contato com o cinema afetam-nos de

modo profundo e repercutem sobre a vida de indivíduos e grupos (Schwarzman, 2005).

No Brasil, mais especificamente em São Paulo, o cinema teve seu início marcado como um divertimento de feira, essencialmente masculino. Evoluiu, mais tarde, para o público proletário no início da década de 20, com a sedimentação de linguagem própria, que tornava possível a apresentação de narrativas mais longas, com a conseqüente possibilidade de estabilizar o negócio cinematográfico em solo nacional. Esta nova indústria firmou-se na produção em série, alcançando o estabelecimento de uma rede de salas de exibição devido a sua grande rentabilidade (Schwarzman, 2005).

Assim, tendo nascido como curiosidade popular, o cinema passou a atrair um público burguês abandonando grandes galpões, nos quais se reuniam trabalhadores, por salas sofisticadas, que tomavam o teatro e a ópera como paradigmas de organização. Entretanto, sucessivas transformações de conteúdos e formas, que levaram críticos a considerarem-no, ao lado das outras artes, como legítima expressão estética, não subtraíram do cinema seu caráter popular (Schwarzman, 2005).

O caráter popular do cinema é retratado, com grande vivacidade, em ficção literária recentemente traduzida, “A Contadora de Filmes”, de Hernan Rivera Letelier (2012). Este texto focaliza a importância do cinema como canal de contato com o mundo exterior, para mineiros que habitam um deserto chileno. Podemos facilmente imaginar que este tipo de situação tenha ocorrido inúmeras vezes em muitas outras localidades, inclusive brasileiras, de modo sempre muito significativo para indivíduos e grupos.

Este aspecto deve ser aqui valorizado justamente porque esta característica permite que possamos recorrer ao cinema como expressão de experiência emocional de indivíduos e grupos, bem como para estudo de imaginários coletivos. Podemos considerar que o cinema corresponde a um novo modo de contar histórias de vida, que conjuga tanto a apresentação de acontecimentos como o modo como são subjetivamente vivenciados, prestando-se, desta forma, para o estudo dos substratos afetivo-emocionais

subjacentes às experiências emocionais. Por outro lado, na medida em que são verdadeiras obras coletivas, que nascem de percepções do que se passa na realidade social, para se dirigir a públicos para os quais devem vir a fazer sentido, prestam-se como material bastante satisfatório para a abordagem psicanalítica de experiências emocionais.

No início do século XX, sobretudo em seu segundo terço (1930-1970), o cinema se tornou uma das formas culturais mais significativas da sociedade brasileira, tornando-se um amplo empreendimento da indústria cultural, que agora compreendia revistas, moda e música. Por volta dos anos 40, o hábito de frequentar as salas cinematográficas tornou-se popular, sobretudo em cidades de grande porte como São Paulo e Rio de Janeiro, com 80% da população frequentando as salas de cinema pelo menos uma vez por semana, e apesar de ser lentamente suplantado pela televisão desde a década de 60 (Oliveira, 2006).

O material cinematográfico, como apropriação individual em larga escala, conta aos espectadores inúmeras histórias de vida, segundo um modo singular de relato que destaca as emoções envolvidas. Este tipo de produção seguiu, ao longo do século XX, em vários países, entre os quais o Brasil, a trajetória da cinematografia norte-americana. Este modelo americano veio também a influenciar o comportamento do espectador de cinema, em termos psicológicos, mercadológicos e culturais, acompanhando a evolução do capitalismo global (Machado, 2009).

CINEMA E PSICANÁLISE

Curiosamente, a psicanálise e o cinema nasceram juntos, na última década do século XIX. Assim, o mesmo ano que assistiu à publicação do importante “Estudos sobre a Histeria”, no qual Freud e Breuer apresentam o método psicanalítico, testemunha, também, as famosas primeiras projeções públicas do cinematógrafo dos irmãos Lumière (Rivera, 2008).

As relações entre psicanálise e cinema são complexas, ricas e bilaterais. Consideramos interessante apresentar aqui uma pequena trajetória histórica que uniu o cinema e a psicanálise. Em 1925, Karl Abraham, então presidente

da Sociedade Psicanalítica de Berlim e da Associação Psicanalítica Internacional, levou um comunicado a Freud: Hans Neumann, diretor do departamento cultural da Universum Film AG, a mais importante produtora cinematográfica alemã naquela época, solicitava sua aprovação para a produção de um filme, cuja proposta seria divulgar a psicanálise. Esta realização contaria com a colaboração e supervisão de psicanalistas eminentes. Vale a pena apresentar, aqui, alguns parágrafos sobre esta iniciativa, nos quais nos apoiamos nas contribuições de Netto (2001).

A proposta causou transtorno. Freud manteve sempre grande resistência e reserva, argumentando em três fatores: em primeiro lugar, já que a grande descoberta da psicanálise era justamente a “cura pela palavra”, tornava-se então incoerente ou mesmo inviável apresentá-la num filme mudo; em segundo lugar, temia desmoralizar a psicanálise, com o receio de que interpretassem o filme como proposta comercial; por fim, preocupava-se com a questão ética de publicar informações advindas da escuta dos pacientes.

As discussões se prolongaram, enquanto Hanns Sachs, analista-supervisor na Policlínica Psicanalítica de Berlim, foi encarregado da elaboração de um roteiro prévio. Este foi posteriormente entregue a Georg W. Pabst, que se tornara famoso desde a fase expressionista do cinema alemão. Nascia, assim, o “Segredos de Uma Alma”, também conhecido como “Mistérios de Uma Alma”.

Considerando que se tratava de cinema mudo, Hanns Sachs cuidou de escrever uma monografia de 30 páginas, a ser distribuída aos espectadores, contendo uma síntese da teoria psicanalítica e um comentário detalhado sobre o filme. Foi um sucesso. Longe de sair desmoralizada, a psicanálise passou a ser ainda mais respeitada. Mas Freud continuava reticente.

Entretanto, a partir desse momento, a psicanálise não saiu mais de cena. Configura-se, compreensivelmente, com o passar o tempo, uma oportunidade de fazer um filme sobre Freud. Isso ocorreu em 1958, quando o filósofo francês Jean-Paul Sartre foi convidado pelo cineasta norte-americano John Huston a produzir um roteiro para um filme sobre a juventude do criador

da psicanálise. No entanto, o roteiro de Sartre implicaria num longa metragem de sete horas de duração, evidentemente inviável. Após uma série de atritos, o roteiro final acabou ficando, como lembra Netto (2001) por conta de Charles Kaufmann e Wolfgang.

O filme foi, então, realizado em 1961, contando com Montgomery Clift no papel de Freud. Lançado nos Estados Unidos completamente desfigurado em virtude dos cortes que a censura então exigia, não obteve sucesso. O mesmo aconteceu em Paris no ano de 1964, quinze dias antes da fundação, por Lacan, da Escola Freudiana de Paris. Tampouco foi um sucesso, nem mesmo entre os psicanalistas franceses, que tinham idealizado um Freud bem diferente daquele retratado pelo filme.

A MULHER NO CINEMA

Com a chegada do século XX, a participação das mulheres nas atividades culturais experimenta um enorme crescimento, que pode ser atribuído a três fenômenos: às conquistas obtidas através das lutas feministas, principalmente pelo acesso crescente das mulheres à educação; ao aumento da difusão da arte, que aconteceu a partir dos anos 50, por conta da evolução de técnicas e do crescimento do público e de seu tempo para o consumo da arte; e aos novos rumos que tomaram as produções culturais (Alves, 2011).

Como aponta Alves (2011), inicia-se, entre 1970 e 1990, uma prática nova de cultura, realmente mista. Nos anos 70, as mulheres, com a mesma formação que os homens em práticas e teorias estéticas, aspiram afirmar-se como sujeito de produção da cultura. É aqui que, pela primeira vez, o movimento social das mulheres adquirirá uma dimensão cultural. No entanto, a participação das mulheres esbarra em uma estrutura onde a divisão cultural de gênero ainda permanece tradicional.

As pioneiras do cinema surgem em dois polos, Estados Unidos e Europa, aumentando exponencialmente após a Segunda Guerra Mundial. Na América Latina, os primeiros filmes dirigidos por mulheres datam de 1910. O cinema e os meios de comunicação foram, portanto, criados e estruturados por uma sociedade predominantemente masculina, no fim do século XIX. Desta

forma, fica claro que a representação da mulher criada no cinema clássico foi construída pelo olhar masculino e para o olhar masculino. Ao representar o corpo feminino como objeto de consumo e ao fazer uso de estereótipos sexistas, o cinema clássico reafirmava a distinção de papéis de gênero, realimentando preconceitos num círculo vicioso. A modificação da imagem da mulher na mídia, por isso, sempre ocupou papel significativo na luta feminista, no sentido de modificação do status inferiorizado e sexualizado da mulher que o cinema ajudava a perpetrar (Alves, 2011).

A partir da década de 1970, notam-se mudanças na representação do feminino nos filmes, especialmente naqueles dirigidos por mulheres, que agora figuram posições importantes tanto nos bastidores como nos enredos, por meio de personagens emancipadas e marcantes. Esta tendência se fortaleceu ao longo das últimas décadas do século XX e no início do século XXI. As mulheres apropriaram-se da imagem feminina clássica para subvertê-la, realizando uma produção artística que passou a contar com novas linguagens. Esta tendência encontrou, em solo brasileiro, um período bastante propício, quando do abrandamento da censura, em meados dos anos 80, fruto da passagem do último governo militar para as eleições diretas. Neste momento favorável, o cinema nacional viveu uma revitalização, voltando-se para a elaboração de produções questionadoras. A partir daí notamos, também, um aumento da qualidade técnica, que chegou a provocar reconhecimento internacional dos filmes brasileiros e crescimento da participação feminina na indústria cinematográfica (Alves, 2011).

Era muito claro que as mulheres estavam lutando por uma reelaboração de seu papel dentro da sociedade. Em meio às muitas mudanças nos padrões de vida, no início deste presente século, o advento do cinema continua se formando como um importante influente na consolidação de valores, promovendo certa domesticação de gostos e costumes. Teve, também, ação relevante na urbanização, sendo usado como instrumento de intervenção cultural e social, figurando como cenário de luta por uma redistribuição de papéis entre homens e mulheres (Pinto, 1999).

O cinema pode ser entendido, pela sua reprodutibilidade característica, como um meio de comunicação que pode ser amplamente disponibilizado, como uma complexa interação que articula ficção e realidade. Nesta perspectiva, seria um poderoso revitalizador do imaginário social. Conseqüentemente, tudo o que veicula, incluindo as representações de gênero e da sexualidade, adquiriria uma importância que ultrapassaria a análise puramente cultural ou artística, para se intensificar por meio de corolários políticos e sociais (Luna, 2006).

Outra tendência, que vale a pena aqui ser citada dentro do contexto das produções nacionais, é a construção da identidade feminina através do cinema na passagem do século. São produções que abordam sentimentos e comportamentos de mulheres em diferentes situações. Entre eles, cumpre citar: “As Meninas” (1996), de Emiliano Ribeiro; “Mil e Uma” (1996), de Suzana Moraes; “Iremos a Beirute” (1998), de Marcos Moura; “Eu Não Conhecia Tururu” (2000), de Florinda Bolkan e “Amélia” (2000), de Ana Carolina. São produções muito diferentes entre si. Algumas são suaves e elegantes, outras são irônicas e grotescas (Ottone, 2007).

Finalmente, vale também destacar, aqui, a adaptação para o cinema de “As Meninas”, baseado no romance de Lygia Fagundes Telles. Escrito no final da década de 1960, período mais violento da ditadura militar, focaliza vivências de tortura física e violenta repressão, retratos fieis da época. Esta produção pode ser considerada um marco, tanto por sua temática como por sua reconhecida qualidade estética.

Contudo, malgrado os esforços feministas, ainda predomina, na produção cinematográfica brasileira, uma tendência a apresentar a mulher a partir de uma visão dos valores patriarcais, fato compreensível dada a concreta inserção da mulher em nossa sociedade, que acaba sendo reproduzida (Gubernikoff, 2009).

Além disso, é importante lembrar que a representação da mulher como objeto sexual acaba gerando ganhos financeiros significativos, num cinema comercial e descompromissado com a transformação da sociedade. Resulta, assim, uma produção que mescla filmes, que visam denunciar criticamente

situações de opressão, e outros, bastante numerosos, que veiculam de modo acrítico a condição social feminina.

CINEMA E REALIDADE BRASILEIRA

A violência e o mal estar são fenômenos imbricados no nosso dia a dia. Muitas vezes aparentemente gratuitos, chegam até às pessoas e aos grupos através de diversos meios e em diferentes espaços, como é o caso da violência nos centros urbanos, aquela presente na mídia ou a representada pelo cinema.

Quando acontece no cinema, de modo espetacular, a violência tende a ser justificada pelo fato desta arte ter-se constituído, a partir do século XX, como o lugar por excelência da ficção, reino em que tudo seria possível. Diante da tela, nossos julgamentos morais estariam temporária e ludicamente suspensos. Assim, podemos compreender que a indústria fílmica venha a aguçar a experiência da violência, acabando por retratar sérios aspectos da sociedade contemporânea, que é, lembremos, a fonte do que é artisticamente inventado (Ceballos, 2011).

Consideramos interessante abordar a questão da realidade social, no cinema nacional, apoiando-nos no valioso trabalho de Santos (2011), elaboração recentemente publicada. Lançando mão de uma visão histórica, que considera as produções ao longo das décadas, este autor define um quadro que serve como ponto de partida na apreciação de mudanças que os espectadores têm podido apreciar.

No cinema nacional, as primeiras imagens, que retratavam as condições sociais do país, com todas as suas nuances contraditórias e seus espaços de exclusão, teriam aparecido nos anos 30. As produções escritas e dirigidas por Humberto Mauro e Adhemar Gonzaga retrataram, ainda que de uma forma ingênua e romantizada, os dramas sociais, a exemplo de “Favela dos Meus Amores”, de 1935. Na mesma linha, os aspectos sociais e raciais, abordados pelas produções da Atlântida Cinematográfica, dos anos 40, mereceriam destaque. Figuraria, entre estas últimas, obras como “Moleque Tião”, de 1943, dirigido por Carlos Burle.

Pautando-se pela crescente influência hollywoodiana, o cinema brasileiro tentava, nos anos 50, reproduzir seu *glamour*, sua forma de produção e sua estética, através da crítica paródica. Por um lado, enquanto tentava seguir o padrão de Hollywood, com a Companhia Vera Cruz (1949-1954) apostava, por outro, nas chamadas chanchadas, comédias tradicionalmente musicais, destinadas a um público predominantemente popular.

É importante ressaltar outra importante tendência, que influenciou o cinema brasileiro, o neorealismo italiano. Movimento cinematográfico que nasceu no pós-guerra, tinha como objetivo retratar a sociedade europeia, marcada pela ambiguidade política inerente à época. Seus diretores utilizavam, distinguindo-se de Hollywood, locações reais, não atores, produções de baixo orçamento e um estilo mais documental. Um bom exemplo de produção desta estética cinematográfica pode ser encontrado em “Blowup – Depois Daquele Beijo”, de Michelangelo Antonioni, que influenciou toda uma geração de jovens fotógrafos no mundo e também no Brasil.

Essas duas vertentes, que influenciaram o cinema nacional, funcionaram como elemento disparador na busca de uma identidade nacional, pois acabou por ficar evidente que o mero “transplante” de soluções criadas em outras realidades não resultaria em obras capazes de retratar importantes peculiaridades da vida brasileira. A preocupação em focalizar as classes sociais mais desfavorecidas aparece em três expoentes cinematográficos: “Rio, 40 Graus”, de 1955, dirigido por Nelson Pereira dos Santos; “Rio, Zona Norte”, de 1957, do mesmo autor, e “O Grande Momento”, de 1958, dirigido por Roberto Santos (Santos, 2011).

Nos anos 60, com o acirramento das posições políticas decorrentes da Guerra Fria, a arte cinematográfica esteve marcada por grandes contrastes sociais, aprofundando a tendência neorrealista e priorizando cenários caracterizados pela miséria e pelo abandono do Estado e da sociedade. Nascia o Cinema Novo. Jovens frustrados com a falência das grandes companhias cinematográficas de São Paulo resolveram tomar a iniciativa de criação de um novo cinema, mais realista, com mais conteúdo e menor custo de produção. Os marcos inaugurais desta tendência são o Primeiro Congresso Paulista de

Cinema Brasileiro e o Primeiro Congresso Nacional de Cinema Brasileiro, realizados em 1952.

Proposto pelo cineasta Glauber Rocha, o Cinema Novo pautou-se pela “estética da fome”. Dessa forma, a indústria filmica distanciava-se decisivamente da estética hollywoodiana para se aproximar da revelação da miséria e da violência de um país de terceiro mundo. Nas telas uma realidade sofrida se estampava de modo claro e direto, sem uso de nenhum artifício.

Iniciou-se, assim, uma tendência de registro do Nordeste, região mais pobre do Brasil, atingida pela seca, pelo autoritarismo e pela corrupção das autoridades. É daí que nascem “Vidas Secas”, “Os Fuzis e o Diabo na Terra do Sol” e outros. Esta temática veio a ser posteriormente substituída por outras, que focavam a crise intelectual urbana. Esta mudança de rumos vincula-se, ao que tudo indica, ao golpe militar de 1964 e ao Ato Institucional número 5, mudanças políticas que afetaram profundamente a vida brasileira.

“Rio, 40 Graus” é considerado obra inspiradora nessa nova fase, como espécie de registro da realidade brasileira. Apresentado na forma de um semidocumentário sobre habitantes do Rio de Janeiro, acompanha um dia na vida de cinco garotos de uma favela que, num domingo tipicamente carioca, sob sol escaldante, vendem amendoim em Copacabana, no Pão de Açúcar e no Maracanã. O filme foi censurado pelos militares, que o consideraram uma grande mentira. Circularam rumores segundo os quais o censor, que era chefe de polícia da época, teria declarado que a média da temperatura do Rio nunca teria passado dos 39,6°C.

Com o final da ditadura militar, as condições sociopolíticas brasileiras sofreram mudanças significativas que marcaram a concepção de cinema, até então entendido como uma forma de arte e engajamento na transformação de condições concretas marcadas por fortes contrastes sociais.

A partir da década de 70, estabelece-se mais claramente uma ordem neoliberal, que coincide com o surgimento, em 1997, da Globo Filmes. É neste contexto que surgem produções que abordam temas sociais, em especial a violência que permeava os bolsões de miséria dos grandes centros urbanos.

Aparecem obras ficcionais como “Cidade de Deus” (2002), “Carandiru” (2003), “Linha de Passe” (2008), “Salve Geral” (2009) e “Última Parada 174” (2009), além dos documentários “Notícias de Uma Guerra Particular” (1999), “Ônibus 174” (2002). A realidade da exclusão manteve-se em pauta no cinema, em produções tais como “Tropa de Elite” (2007), e sua sequência, “Tropa de Elite 2 – O Inimigo Agora é Outro” (2010) (Santos, 2011). Não existe mais a censura, que tanto marcou toda a produção cultural no período militar. Contudo, esta liberdade de expressão parece não se traduzir como esperança ou busca realista de mudança social, imperando, ao que tudo indica, uma impressão de que a ordem social injusta está aí para ficar e só pode ser minorada por medidas paliativas tais como a bolsa família⁵

Parece correta uma formulação frequente, no debate sobre o cinema brasileiro, segundo a qual importante transformação nele se teria operado a partir da focalização, em produções que se tornaram relevantes, da favela carioca. Tal fato estaria proximamente associado aos telejornais que, a partir dos anos 90, passaram a exibir o universo da favela e das periferias urbanas, de modo francamente sensacionalista. A partir do final dos anos 90, e, sobretudo na primeira década do presente século, a exposição de representações cinematográficas da pobreza, geralmente associadas à violência, aumentou e se sofisticou. Filmes como “Notícias de Uma Guerra Particular” (1999), “Palace II” (2000), “Cidade de Deus” (2002), “O Invasor” (2003), “Ônibus 174” (2003), “Cidade dos Homens” (2003), “Estação Carandiru” (2003), “Tropa de Elite” (2007) e “Tropa de Elite II” (2010), entre outros, figuram como exemplos de obras de ficção ou documentários que acentuaram a presença visual de indivíduos pobres, negros, moradores de favelas e bairros de periferia no cinema e na televisão brasileiros (Hamburger, 2007).

A criminalidade parece ser preferencialmente exibida sem a aparição de protagonistas do sexo feminino. O filme “Cidade de Deus” impõe-se, sem dúvida, como primeiro grande sucesso comercial do cinema nacional, fazendo-se notar pela ausência de protagonistas mulheres, além de evidenciar uma

⁵ Evidentemente, estamos aqui abordando uma questão complexa, que extrapola nosso preparo acadêmico. Nossa intenção é meramente a de apontar a ocorrência de relacionamento inegável entre as condições concretas de vida no Brasil, durante e após a ditadura militar, e as características da produção cultural.

tendência a erotizar e punir as personagens femininas, sempre secundárias. Isto revela, de certa forma, as categorias pelas quais as personagens femininas são formadas pelo olhar masculino que as representa. Verificamos, portanto, que neste marco do cinema nacional existem ranços patriarcais de dominação sobre as mulheres, característicos do processo histórico brasileiro (Gonçalves et. al., 2011).

De forma geral, pode-se considerar que, embora não seja um assunto novo, falar de criminalidade e violência se tornou recorrente no cinema nacional a partir dos anos 90. Neste contexto, é marcada a diferença entre personagens masculinas e femininas, cabendo a estas papéis de mãe de família ou de filha que sonha em sair da favela (Rossini, 2003). Certamente, não será difícil encontrar, entre personagens secundárias, a figura da prostituta, contraponto lógico da “moça para casar”.

O CINEMA DOCUMENTÁRIO

O cinema, como sabemos, é herdeiro da linguagem fotográfica. A fidelidade da fotografia, em relação ao que registra, confere-lhe caráter de documento histórico. É dentro desta lógica que se inscreve a origem do documentário, que se funda na fé da imagem como registro fidedigno.

Parece haver concordância na consideração de que o filme “Nanook, O Esquimó” (1922), de Robert Flaherty, que levou às telas registros relativos à vida do povo inuit, pode ser considerado um marco fundador do cinema documentário, da mesma forma como Dziga Vertov, cineasta soviético, o fez na União Soviética durante toda a década de 20 e Pare Lorentz faria em meados da década seguinte nos Estados Unidos. John Grierson, personagem pioneiro na produção de documentários, impulsionou o patrocínio governamental na produção deste tipo de registro na Inglaterra, nos anos 30. (Nichols, 2005).

Vale a pena focar a atenção na trajetória do gênero documentário no Brasil. Podemos distinguir dois tipos de iniciativas. Uma delas define-se como proposta diretamente vinculada à denúncia direta de carências infraestruturais, características das cidades brasileiras, bastante pronunciadas durante as

décadas de 10 e 20, enquanto a outra corresponde a uma vertente etnográfica. Aspecto interessante nesta história é o fato de terem surgido frequentes produções do que se pode chamar de um cinema natural, que consistia em documentários e cinejornais, que eram feitos com o objetivo de levantar recursos para a produção de filmes ficcionais (Gonçalves, 2006). Neste sentido, pode-se afirmar que certo tipo de cinema documentário foi precocemente praticado no Brasil.

Paralelamente, o cinema passou a ser usado, na vertente etnográfica, em contextos de pesquisa antropológica. Caracterizou-se pelo fato de câmeras cinematográficas passarem a ser incorporadas ao material de trabalho de antropólogos, que viajavam pelo país a fim de registrar e documentar populações indígenas. Desta forma, foram criados filmes etnográficos, que levavam, aos centros urbanos, as imagens de um país imenso e desconhecido. Destacava-se, neste contexto, a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, conhecida como Comissão Rondon, que realizou uma série de filmes com registros oriundos das suas expedições. Tais filmes contavam quase sempre com direção e participação do major Luiz Thomaz Reis (Gonçalves, 2006).

Não podemos deixar de mencionar, quando tratamos do gênero documentário brasileiro, o cinema de propaganda, dedicado a mostrar as belezas naturais do país para os públicos estrangeiros. Aqui se destaca o trabalho de Silvino Santos, no Amazonas, que retratava a fase próspera da exploração da borracha para o mercado internacional. Este cineasta filmou, entre 1920 e 1935, mais de dez filmes de curta-metragem, além de dois longas metragens, com “No País das Amazonas” figurando em lugar de destaque (Gonçalves, 2006).

Em 1936, foi criado, pelo governo federal, o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), inspirado por experiências semelhantes, que datam do mesmo período, ocorridas em países como Alemanha, Itália, França e União Soviética. O INCE foi fruto do esforço de Edgar Roquette-Pinto, que mais tarde se mostrou fundamental na implantação e difusão do rádio no Brasil. Nesta época, pretendia-se divulgar uma imagem positiva do país, apresentando-o

como um país que acompanhava a modernidade ocidental. Através do INCE, foram realizados 354 filmes educativos, além da produção de curtas e médias-metragens, o que configura uma realização notável.

Nos anos 50, surgiu uma nova estética de documentários, diferente da temática exótica das florestas e seus povos, dando lugar a produções que buscavam refletir sobre o subdesenvolvimento do país e sobre a desigualdade social. Pertenceram, a esta vertente, documentários que abordam questões estéticas caras ao movimento do cinema novo. A conjuntura histórica e política do Brasil, nessa época, expressou-se por meio da realização de obras que voltaram o olhar para o interior do país, de modo a exaltar questões regionais, focalizando manifestações da cultura, da economia e da religiosidade popular. O documentário, aqui, fortalece-se como gênero, firmando-se como registro direto da verdade, na medida em que abandonava a antiga abordagem que antes se propunha como educativa e científica (Gonçalves, 2006).

Ao final dos anos 60, o Brasil assistiu à consolidação do advento da televisão como importante veículo de informação. Surgiram experiências na busca por documentários televisivos e jornalismo investigativo. Em 1972, por iniciativa de Vladimir Herzog e Fernando Pacheco Jordão, foi criado o telejornal “A Hora da Notícia”, na TV Cultura, com o objetivo de registrar e divulgar um Brasil real, criando uma alternativa ao que o regime militar disponibilizava, como informação, em seus filmes institucionais (Gonçalves, 2006).

Entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, o documentário perdeu visibilidade. No entanto, Octávio Bezerra manteve uma produção cinematográfica constante em longas metragens com filmes como “Uma Avenida Chamada Brasil” (1989), onde denunciava a violência e as questões sociais existentes nos arredores da Avenida Brasil, no Rio de Janeiro. Contudo, este gênero conhece uma retomada importante nos anos 90, configurando-se como um campo muito propício para experimentações de linguagem, fato que pode ser bem ilustrado pela produção “Ônibus 174”, de José Padilha (Gonçalves, 2006).

Graças ao avanço da tecnologia e ao barateamento dos equipamentos, observa-se um aumento significativo no número de documentários produzidos no país, a partir do século XXI. Em 2003, a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, em parceria com a TV Cultura e a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEDEC), lançou, com o apoio da Associação Brasileira de Documentaristas (ABD), um programa de fomento à produção e teledifusão do documentário brasileiro, intitulado DOCTV. Este programa permitiu a realização de diversos projetos, no âmbito dos quais foram produzidos 26 filmes. Exibidos em rede nacional, esses documentários ajudaram a movimentar o setor audiovisual fora dos grandes centros econômicos, ao mesmo tempo em que levaram, às telas da TV aberta, produções realizadas fora do eixo Rio/São Paulo. Deste modo, esta iniciativa soube dar espaço à diversidade das expressões culturais das diferentes regiões brasileiras (Gonçalves, 2006).

Ao final de sua terceira edição, atualmente em fase de produção, o DOCTV contabilizará cerca de 100 filmes realizados em parceria com produtores independentes. Estas produções serão exibidas em rede nacional de televisão aberta, fazendo chegar a um público potencial de milhões de pessoas, filmes documentários produzidos nas diferentes regiões brasileiras, numa iniciativa sem precedentes no país (Gonçalves, 2006).

Como gênero não ficcional, o documentário cinematográfico permite acesso a situações da vida real e ao depoimento de pessoas, que participam na qualidade de atores culturais e não como artistas teatrais. Não podemos, como psicólogos, dizer que se comportam, diante das câmeras, como o fariam com ou sem a presença da câmera ou da equipe, como acreditam alguns (Nichols, 2005), pois nenhuma conduta, por mais psicótica que seja, se faz na total e duradoura desconsideração do ambiente circundante. Entretanto, entendemos que os participantes podem se dirigir às câmeras como se fossem canais, veículos, que lhes permitem falar com um número maior de pessoas e grupos, ou seja, visando comunicar-se com plateias potenciais.

Este posicionamento do entrevistado, do depoente, fundamentalmente voltado para uma plateia que o escute, é aquilo que nos interessa na presente

pesquisa. A nosso ver, o fato do depoimento ser vivido como uma comunicação à plateia por trás da câmera, fazer de um documentário uma autêntica manifestação de subjetividade que se dá, como não poderia deixar de ser, num campo de encontro inter-humano. Assim, abordar psicanaliticamente um documentário centrado na expressão verbal e na presença total de uma pessoa, tal como “Histórias de Daluana”, corresponde a um encontro com alguém que se dirige a nós, de modo paradoxalmente preciso e vago, por meio de uma câmera cinematográfica.

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O presente trabalho tem como objetivo investigar psicanaliticamente a experiência emocional de mulheres na prisão, vale dizer, pessoas que cumprem penas após julgamentos em situações de estado de direito. Deste modo, exclui encarceramentos políticos, sequestros ou outras formas de confinamento, tais como a internação psiquiátrica involuntária.

Consiste, metodologicamente falando, no que se pode denominar uma pesquisa psicanalítica empírica na medida em que se organiza por meio do uso do método psicanalítico na pesquisa de fenômenos humanos que se dão fora do enquadre de atendimento padrão. Segue, basicamente, o delineamento que tem sido utilizado em diversas teses, dissertações e artigos orientados pela Prof^a. Tânia Maria José Aiello Vaisberg, tendo sido apresentado de modo particularmente didático por Corbett (2009)⁶.

O método psicanalítico pode ser definido de modo preciso como uma forma geral de compreensão dos fenômenos humanos, que se põe em marcha através da associação livre de ideias e da atenção flutuante. De um ponto de vista lógico inscreve-se, hoje, entre os chamados métodos qualitativos de pesquisa, na medida em que estes últimos são definidos como estudos interpretativos, sempre contextualizados, de questões humanas, que se apresentam como problemas relativos a ações e experiências de seres humanos (Banister et al, 2006).

Perfila-se, portanto, com uma das abordagens qualitativas possíveis, ao lado da etnografia, da análise de discurso, da pesquisa ação e da abordagem feminista, entre outras. Esta pluralidade de perspectivas não é acidental, mas muito ao contrário, sinal de coerência com uma visão fundamental da psicologia como ciência hermenêutica, segundo a qual todo conhecimento é perspectivado e toda conclusão padece do que se pode chamar uma intrínseca impossibilidade de chegar a conclusões definitivas, uma vez que toda

⁶ O leitor pode ter uma visão desta produção acessando o Currículo Lattes da orientadora, em www.cnpq.br, bem como no banco de teses e dissertações disponibilizado pela CAPES.

compreensão interpretativa pode ser sempre suplementada e, deste modo, continuamente transformada (Banister et al,2006).

Laplanche e Pontalis (1967/1992) definem a atenção flutuante como o modo através do qual o analista deve escutar o paciente, não privilegiando, *a priori*, qualquer elemento de seu discurso, o que implicaria um funcionamento mais livre possível de sua atividade inconsciente. A associação livre, por sua vez, corresponderia, a seu ver, ao cultivo da tentativa de exprimir indiscriminadamente todos os pensamentos, sem sobre eles exercer qualquer tipo de censura.

Esta compreensão canônica dos passos constituintes do método psicanalítico foi ampliada, em nosso Grupo de Pesquisa, na medida em que compreendemos que tanto a atenção flutuante como a associação livre de ideias - ambas praticadas tanto pelo paciente como pelo analista, como duas faces da mesma moeda - podem ser entendidas como abertura fenomenológica e existencial para o acontecer clínico (Avila, Tachibana e Aiello-Vaisberg, 2008). O mesmo método pode ser usado de modo rigoroso na abordagem de produções culturais, exigindo o mesmo cultivo de uma atitude aberta, a partir do olhar particular da psicanálise que demanda, por sua vez, desapego a crenças e teorias (Arós e Vaisberg, 2009).

Inspiramo-nos na obra de Politzer (1928/1998) para compreender que o pressuposto fundamental, sobre o qual esse método se assenta, é o de que *toda conduta humana é atravessada por múltiplos sentidos que emergem a partir das experiências concretas de vida das pessoas e coletivos humanos*. Esse pressuposto, que consideramos ético e inclusivo (Aiello-Vaisberg, 1999) é a inspiração fundamental do método psicanalítico, e justifica a consideração da psicanálise como uma possibilidade de ruptura com a tradição abstracionista da psicologia clássica. A partir da leitura do texto politzeriano, José Bleger (1963/1989) faz justiça à necessidade de retorno à concretude da experiência, compreendendo toda manifestação humana como conduta, ou seja, em sua totalidade significativa, que tem sempre um caráter vincular.

De acordo com Bleger (1963/1989), a conduta corresponde a manifestações humanas que se expressam, sempre e simultaneamente, em três áreas: mental, corporal e de atuação no mundo externo. A qualificação de uma conduta como pertencente a algum destes três campos seria dada, então, pela predominância de algum deles em dado momento. No que se refere à amplitude do fenômeno a ser estudado, a conduta pode ser compreendida em três âmbitos: o do indivíduo, o de grupo e o de instituições, como práticas ou normas. Finalmente, a conduta humana deve ser considerada como emergente de contextos ou conjunturas. Segundo a ótica blegeriana, cabe distinguir três subestruturas nos campos da conduta: o ambiente ou sub campo geográfico, que corresponde, praticamente, ao que pode ser percebido por um observador relativamente externo ao acontecer em pauta; o sub campo psicológico, que abrange as experiências vividas e, finalmente, o campo da consciência, que consiste nas experiências que são conscientes percebidas num certo momento.

Adotando as recomendações metodológicas de Bleger (1963/1989), temos utilizado o método psicanalítico, em nosso Grupo de Pesquisa, para focalizar um tipo particular de condutas que denominamos imaginários coletivos. Trata-se de manifestações simbólicas de subjetividades grupais, que geram produtos e conformam ambientes humanos configurando, desta forma, verdadeiros mundos vivenciais onde se mesclam dimensões históricas, sociais, culturais, psíquicas e emocionais.

Tais ambientes que são, por sua vez, o contexto em que emergem novas práticas, sentimentos, ideias, obras e instituições, organizam-se a partir de um substrato afetivo emocional, que normalmente não é consciente, que temos denominado, nos diferentes trabalhos produzidos em nosso Grupo de Pesquisa, como campos de sentido afetivo-emocionais ou inconscientes relativos. Usamos esta terminologia a bem da clareza, mas deve ficar evidente que corresponde, desde uma perspectiva blegeriana, à grande porção do campo psicológico, que, por seu turno, é sempre vincular, sem coincidir com o campo da consciência. Compreendemos os campos de sentido afetivo-emocional como o substrato a partir do qual emergem as manifestações de conduta, o que permite que sejam compreendidas como acontecer humano.

Entretanto, as diversas pesquisas realizadas sobre imaginários coletivos, que envolvem sempre o que determinado grupo social imagina sobre outro grupo⁷, passando por estudos em que focalizamos o imaginário de um grupo sobre si mesmo, (Pontes et. al., 2007) levaram-nos à consideração da necessidade de focalizar a experiência emocional de indivíduos que pertencem a grupos sociais discriminados. Tal conclusão foi, recentemente, fortemente corroborada pela leitura da obra da Fanon (1952), cuja abordagem da experiência vivida pela vítima do racismo muito contribui para a produção de um conhecimento compreensivo. Na mesma linha, os ensaios de Memmi (2007), que abordam as experiências emocionais de colonizadores e colonizados, são eloquentes ao indicar a importância desse tipo de estudos. Deste modo, entendemos que estudos sobre imaginários e sobre experiência emocional podem confluir na produção de conhecimento sobre preconceito, humilhação e sofrimento (Pontes, M L. S. et. al., 2008; Ávila, C. F. et. al., 2008; Couto, T. H. A. M. et. al., 2007).

Curiosamente, o conceito de experiência não figura nos mais importantes dicionários de psicanálise, tais como o Laplanche e Pontalis (1967), Moore e Fine (1990) ou no de Roudinesco e Plon (1998), apesar do termo ser frequente nos textos psicanalíticos freudianos e pós-freudianos. Entretanto, talvez não seja difícil compreender porque um conceito altamente valorizado pela fenomenologia não ganhe suficiente destaque na psicanálise, se nos lembrarmos de que a metapsicologia, tão valorizada desde que foi proposta, é uma construção sofisticada de tipo energético e não hermenêutico.

Em outros termos, se coexistem, no interior do freudismo, uma vertente metapsicológica e uma teoria do sentido (Franco, 1995), diferentes têm sido os posicionamentos adotados pelos estudiosos diante dessa questão. Muitos defendem o respeito a tal duplicidade. Outros acreditam ser possível abrir mão das formulações metapsicológicas e trabalhar em termos exclusivamente interpretativos. Esta é a opção de autores como Politzer (1929), Bleger (1863)

⁷ Podemos lembrar aqui algumas das pesquisas do grupo, como aquelas em que pesquisamos o imaginário coletivo de professores sobre crianças adotadas (Pontes, M. L. S. et al, 2008), aquela em que estudamos o imaginário de profissionais de saúde mental sobre adolescentes (Pontes, M. L. S., 2008), aquela em que estudamos o imaginário de universitários sobre dificuldades sexuais masculinas (Martins, P. C. R., 2007) e aquela sobre imaginário de enfermeiras sobre mulher que sofre óbito fetal (Tachibana, M., 2011), entre outras.

Stolorow, Brandchaft e Atwood (2000) e Mitchel (1988), entre outros aos quais aderiram.

Tem-se a clara impressão de que o veio dramático, no sentido politzeriano do termo, não tem sido suficientemente desenvolvido no registro teórico, ainda que seja, provavelmente, aquilo que mantém viva a clínica psicanalítica. Por outro lado, são contempladas problemáticas de outras abordagens qualitativas que, entretanto, sem sempre valorizam dimensões inconscientes (Parker, 2005).

Assim, defendemos que o conceito de experiência, que tem sido profundamente considerado pela fenomenologia, que justamente sinalizou que vivemos fundamentalmente nossa experiência imediata, de modo sensível e pré-reflexivo, corresponde a um ponto de partida fundamental para a psicanálise, já que estamos interessados em conhecer a realidade pessoal de indivíduos vítimas de preconceitos. Trata-se, portanto, de focalizar a experiência vivida, expressão com a qual queremos designar o que Politzer (1928) referiu como “fato psicológico em primeira pessoa”, compreendendo os múltiplos sentidos, conscientes e não conscientes, que plasmam a vida sócio-psíquica.

Ainda que possamos conceber que aquilo que queremos significar, sob o termo experiência, possa ser perfeitamente pensado como conduta molar, que se dá tanto em campo psicológico-vivencial não consciente como em campo da consciência, são inegáveis as vantagens do uso explícito da palavra experiência, incluindo tanto a possibilidade de teorizar de modo maximamente próximo ao acontecer humano como a de facilitar a abordagem de participantes de pesquisas, desde perspectivas éticas que norteiam a pesquisa qualitativa em psicologia (Banister et al, 2006)

De todo o modo, deslocando nosso interesse do foco em condutas imaginativas, para acrescentar a consideração da experiência emocional, posicionando a pessoa no centro mesmo do acontecer inter-humano, seguiremos utilizando o método psicanalítico justamente porque mantemos nosso interesse voltado para o estudo do substrato afetivo-emocional

subjacente às manifestações humanas. Nesta linha, consideramos que abordar psicanaliticamente a experiência emocional implica tanto na identificação daquilo que foi vivido como na criação/encontro de campos de sentido afetivo-emocionais a partir das quais emergem.

Sendo assim, entendemos que o conhecimento psicanalítico derivará, na presente pesquisa, da produção interpretativa e, portanto, compreensiva, dos campos de sentido afetivo-emocional subjacentes à experiência emocional, o que permitirá a elaboração de teorias locais que apresentem potencial heurístico na atribuição/encontro de sentido afetivo-emocional daquilo que foi vivido.

Esperamos que este tipo de conhecimento possa contribuir, ao lado de outros, produzidos por outras perspectivas e outras ciências humanas, num processo de superação de condições, eticamente inaceitáveis, de discriminação, humilhação e preconceito que alteram profundamente, pelo sofrimento que acarretam, a experiência de vida de indivíduos e coletivos.

A bem do rigor metodológico devemos distinguir, na pesquisa presente, três tipos de procedimentos investigativos: procedimentos de seleção de material clínico, procedimentos de registro do acontecer clínico e procedimentos de produção interpretativa de campos de sentido afetivo-emocionais. Tais procedimentos organizam a relação investigativa quando nos propomos conhecer psicanaliticamente uma produção documental (Arós e Vaisberg, 2009). Vale lembrar que o estudo de produções culturais ou sociais ocorre sempre sob a forma de encontros inter-humanos, que geram, no pesquisador, impactos emocionais, falando à sua sensibilidade e capacidade clínicas. Podemos fazer esta afirmação porque entendemos concretamente que todo produto da ação humana é uma forma de comunicação, de indivíduos e grupos, que configura campos subjetivos relacionais.

O primeiro procedimento investigativo a ser posto em marcha foi, logicamente, o procedimento investigativo de seleção do material clínico. No presente caso, esta seleção passou pelo estabelecimento dos seguintes critérios: 1) busca de produções cinematográficas nacionais sobre “mulheres

na prisão”; 2) busca de filmes do gênero documentário e 3) busca de produções realizadas contemporaneamente, vale dizer, durante o século XXI. A aplicação desses critérios resultou no achado de uma única produção: “Histórias de Daluana”, de 2007, realizado sob a direção de Cláudia Priscilla. Trata-se de um filme que tem aproximadamente 20 minutos de duração, consistindo na entrevista de uma presidiária em estado puerperal, que se encontra acompanhada de um bebê, seu filho, que aparenta ter menos que seis meses de vida.

Em termos de procedimento investigativo de registro utilizamos o próprio filme, bem como uma transcrição integral das falas que nele tem lugar. Deste modo o leitor deste trabalho terá seu acesso ao documentário facilitado. O fato de o documentário ter pequena duração apresenta a vantagem de poder ser revisto várias vezes, sem exigir o tempo alargado requerido pelos longas-metragens.

O documentário e a transcrição das falas foram disponibilizados aos integrantes do Grupo de Pesquisa, os quais compartilham formação psicanalítica e familiaridade com o uso do método psicanalítico em pesquisa empírica qualitativa. Deste modo, encontravam-se habilitados a proceder a “conversações interpretativas” sobre o material, realizadas a partir do cultivo da atenção flutuante e de associações livres. Por este caminho, foi possível chegar ao procedimento investigativo da produção interpretativa de campos de sentido afetivo-emocional, por meio da emergência contratransferencial de impressões e elaborações sobre o contato vivido com o material clínico. Tais campos puderam ser criados/encontrados a partir da observação das palavras de ordem sugeridas por Fabio Herrmann (1979): “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar o desenho do sentido emergente”. A criação interpretativa de campos permitiu reflexões sobre a entrevistada, sobre sua história de vida e sobre os modos por meio dos quais organiza sua experiência emocional.

Assim, na medida em que os procedimentos de seleção do material clínico nos conduziram a uma única produção cinematográfica, vimo-nos diante da tarefa de abordar apenas uma entrevista, veiculada sob a forma de

documentário. Entendemos que este tipo de trabalho, que deve ser considerado como forma especial de “estudo de caso” compartilha, com esta estratégia de pesquisa, a possibilidade de abordar um indivíduo, em sua mais radical singularidade pessoal, sem desconsiderar que integra um coletivo transindividual que vivencia condições concretas, dramas e experiências que guardam entre si inegáveis semelhanças.

Desta maneira, a exposição ao material cinematográfico passa a ser compreendida, aqui, como configuração de um encontro inter-humano peculiar, que aproxima diferentes subjetividades. A obra apresenta-se, assim, de modo inerentemente aberto e inacabado, como conduta da terceira área blegeriano de expressiva, que se abre, que demanda e exige para sua atualização, a presença do espectador. Enquanto a entrevistada conversa, no tempo presente do documentário, com o cineasta e com a sua câmera, a pesquisadora estabelece contato com o acontecer retratado, na qualidade de integrante do sujeito coletivo, a plateia, que se situa por trás da câmera.



CAPÍTULO 4

NARRATIVAS DE DALUANA

Este capítulo está organizado de modo a apresentar ao leitor o material que serviu de estudo de caso a esta pesquisa.

No contexto das produções nacionais que abordam nosso tema de interesse, encontramos o documentário intitulado “Leite e Ferro”, filmado entre 2007 e 2009. Dirigido por Cláudia Priscilla, configurou seu primeiro longo numa carreira de curtas-metragens como “Phedra” (2008), “Sexo e Claustro” (2005) e “Parachacal” (2001). Nascida em 1972, Cláudia é jornalista por formação, além de roteirista. Atuou como diretora de produção nos curtas “Menino e o Bumba” (2007) de Patrícia Cornils, e “Território Vermelho” (2004) de Kiko Goifman, no documentário de média-metragem “Morte Densa” (2005), de Kiko Goifman e Jurandir Muller, e no longa “Atos dos Homens” (2006), de Kiko Goifman.

“Leite e Ferro” foi exibido em diversos festivais e mostras⁸, fazendo jus a dois prêmios⁹. Registra a maternidade na prisão e tem como cenário o Centro de Atendimento Hospitalar à Mulher Presa, uma instituição em São Paulo que abrigava mulheres em fase de aleitamento após darem a luz. Mães e bebês ficam juntos atrás das grades, mesmo que por pouco tempo, já que depois de quatro meses a criança é encaminhada para outra pessoa da família, para uma instituição ou é adotada, às vezes até de maneira ilegal. À época das filmagens, 70 mães e 70 crianças habitavam o Centro, que veio a ser desativado algum tempo depois, mediante realocação de presas de bebês em centros hospitalares.

Neste curta metragem, uma personagem se destaca e conduz a história. Trata-se de Daluana, registrada pela diretora com uma intimidade de “roda de

⁸ 5º Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo, Indie - Mostra de Cinema Mundial (2010), 5ª Mostra Cinema e Direitos Humanos da América do Sul (2010), 32º Festival Internacional Del Nuevo Cine Latinoamericano em Havana, Cuba (2010), Visions Du Réel, Nyon, Suíça (2011) e Panorama Coisa de Cinema (2011), entre outros.

⁹ Um no Festival de Cinema de Paulínia de 2010 e outro no Festival Pan-Amazônico de Cinema, o Amazônia.Doc, com direito a menção honrosa.

comadre”. Assim surgem relatos e discussões, muitas vezes ditas com bom humor, sobre o prazer de amamentar, sexo, fidelidade, violência policial, amor, tráfico, drogas e religião. Traficante desde os 10 anos, Daluana, hoje na casa dos 40 anos, cresceu na rua e passou por diversas instituições carcerárias.

“Histórias de Daluana” é, portanto, um curta metragem composto por nove vídeos, que foram disponibilizados na internet pela produtora e diretora do filme¹⁰. É formado por trechos do longa “Leite e Ferro” e que funcionam, no filme, como fios condutores.

Evidentemente, a narrativa fílmica, impregnada pela presença pessoal da entrevistada e pelo conjunto formado por suas expressões verbais e gestuais, bem como pelo próprio ambiente prisional, apresenta uma riqueza que transcende aquilo que a mera fala pode transmitir. Certamente, aquilo que foi filmado constitui o material fundamental desta pesquisa, sendo aqui tomado como estudo de caso. Entretanto, tendo em vista facilitar a leitura textual da dissertação, a pesquisadora elaborou, a partir de sucessivas escutas, a transcrição integral das falas. Optamos por dividi-la em trechos, utilizando os subtítulos criados pela própria diretora. Tal transcrição não substitui a exposição ao documentário, que fica fortemente recomendada.

Parte 01: Daluana conta detalhes da sua vida no tráfico de drogas.

- Aí chegou uma amiga minha, a Creuzinha, e falou assim: “Luana, cê nem sabe”, eu falei “o quê?” “experimenta essa coca aqui.” Falei “nossa, cocaína boa!” nossa, que adormeceu tudo, aquela coisa, né? Nossa, uma cocaína muito boa. E ela falou assim “Nem te falo quem é que tá com essa droga!” Falei “quem?” E ela falou “fulano de tal”. E eu fui, conversei com ele, e ele me mostrou. Ele falou “Ó, Luana, eu sei que você... Mas eu não sei o que eu vou fazer com isso daqui!” Ah! Quando eu vi aquele monte de cocaína, com o símbolo mesmo, sabe? As cinco folhas da maconha e as iniciais Pablo Escobar. Eu falei “Meu, onde cê arrumou essa droga?” Ele falou “Ah, eu tava

¹⁰ Disponível em <http://leiteeferro.com/#7b8/custom_plain>

na beira do rio, assim assim assim"...Realmente ele achou! Ele achou vinte e seis quilos de cocaína. E o pior não é nada, ela tava 99.9% pura! Entendeu? Então, aquilo eu vendi até pra algumas pessoas, assim, meus amigos, né, que foi o finado Paulinho da Light e o Paulinho Preá que, finados já, que pegaram a cocaína comigo e acabaram tendo uma overdose da droga por que eles pegaram SEIS gramas e eles usaram duas gramas, e tiveram uma overdose. Foi aí que eu percebi a potência da droga, entendeu? Aí eu comecei a fazer uma mistura, né? Eu fazia uma mistura, foi aonde eu lancei a cocaína amarela, cocaína cor de rosa, sabe, a branca...

Parte 02: Daluana conta como se comunicava com um amigo na cadeia.

- Eu cheguei a abanar, na penitenciária feminina eu tinha o meu abano, entendeu? E eu abanei com ele um bom tempo, era o Jorge, ele morreu, entendeu, na cadeia de Parelheiros, ele foi assassinado lá dentro, e... Mas eu abanei com ele, e ele sabe assim, ele era um companheiro mesmo, sabe? Ele lá na janela dele, eu na minha janela aqui, aí eu ia né? A, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, V. A, b, C. Você. A, b, c, d, E. É. A, b, c, d, e, f, g, h, i, j, L. a, b, c, d, e, f, g, h, l. A, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m, N. a, b, c, D. a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m, n, O. Entendeu? "Você é lindo." Então a gente conversava, altas ideia, entendeu? Só ali no paninho, chegava o braço ficar até doendo, de madrugada também. Daí de madrugada a gente tinha que pegar um pano escuro pra poder bater na parede, que a parede é crara, entendeu? Daí a gente colocava pra fora da janela o pano e ficava lá, abanando assim na parede, entendeu? E assim a gente conversava, e eu fiquei mó tempo com ele, o dia que tiraram aquele homem de lá de dentro eu parecia que ia morrer. Naquela época, as minas que tinham abano, elas recebiam através do esticador, chama esticador, entendeu? Era um estilingue, eles usavam chumbo, né, usavam chumbinho, colocavam a droga, colocavam chumbinho dentro e esticava e jogava pra cadeia da gente.

Parte 03: Daluana mostra suas tatuagens feitas nas cadeias.

- *A primeira é essa aqui, que é a minha filha. É o nome da minha filha, Tatiane, é o meu tesouro, eu fiz em homenagem a ela. Essa aqui é a primeira minha, a primeira tatuagem que eu fiz na vida foi essa daqui, que né, antes de eu ter conhecimento da palavra de deus, minha avó dizia que a lua e as três estrelas, minha avó é índia, né? É protegida pelos deuses, ela fala que é isso. Aí eu falava que eu era protegida pelos deuses e fiz a lua e as três estrelas. Esse aqui, JR é meu filho, o Junior. Tudo na cadeia, meu filho. Tudo aqui foi feito na cadeia. Essa aqui foi essa última tatuagem que eu fiz, na cadeia de Itapevi, é ALD, que significa Alexandre, né? Que nós gostava um pouco de pichar, sabe? (risos) Aí eu coloquei ALD, te amo, né, que é do pai dos meus filhos, tanto o pai do Pedro como do pai do Levi. Essa aqui eu fiz na Seccional de Osasco, também, fui eu mesmo que piquei, viu? É amor grifado, cê tá vendo que ele tem quatro pontos, né? Significa amor solitário. Essa daqui, antes era o Selo de Salomão, o Selo de Salomão no crime antigo se representava o assaltante ou quatro ladrão e um polícia, entendeu? Então toda vez que eu era pega eu apanhava muito por causa do Selo de Salomão que eu tinha aqui, por que era tatuagem de criminoso, mesmo. Aí eu vi, eu conheci um pouco a palavra de deus e vi que deus fala sobre sete trombetas, né? São sete notas musicais, então sete pragas, né? Então eu coloquei em forma de tribal chinês o número sete aqui. Tem uma tatuagem aqui ó, que é JC também, é Jesus Cristo. Tá vendo, ó, pode ver que aqui é um jota, aqui é um cê. Aqui seria fé, mas ficou feio por que, porque como eu disse eu não tenho estudo né, então eu coloquei o acento onde não tinha que colocar o acento, não é verdade? Ou o acento tinha que ser o outro, aí ficou feio. Mas é Jesus Cristo Fé. Tem esse tribal aqui que eu fiz, que eu achei muito louco, né? Foi feito na cadeia também. Essa daqui era pra ter feito o Pernalonga, porque eu sou apaixonada, como cê pode ver ali, ó, tem alguns desenhos do Pernalonga, tá vendo, ó? Que é ele bebezinho e tal, eu sou apaixonada por esse coelhinho. E era pra ter feito ele, ó, você pode ver que aqui era pra ser a orelha, mas eu vi que eu não ia conseguir picar, daí eu pedi pra menina, ó, já que tá esse quê você escreve “coelho” aqui. Tá vendo que por baixo dela tem um nome. Tá vendo, ó? Cristiane e Anamir. Tá vendo, ó, Anamir em baixo? Não dá pra ver direito né?*

Então, por que é o nome do pai dos meus filhos, ou seja, o nenê, né? E o meu nome. Daí pra tampar o nome de nós dois eu pus essa teia de aranha por cima. O que significa essa teia de aranha? Na minha época essa teia de aranha significava, é... Ladrão de carga. Como faz tatuagem lá na cadeia: nanquim e agulha. Hoje já tem maquininhas dentro da cadeia, que as meninas montaram um jeito de fazer a maquininha. Mas as minhas cê pode ver que elas são todas picada, ó, tá vendo? São falhadas, são todas picadas na mão, é três agulha, cê pega três agulha, deixa uma junto da outra, depois passa a linha assim, em volta delas todinhas assim, e molha na tinta e vai picando...

Parte 04: Daluana conta o que aconteceu quando quase foi presa em flagrante, se não fosse por uma pequena ajuda.

- Eu tinha um criado mudo, na beirada da minha cama, que era minha cama de casal e dois criado mudo assim, né? Tinha um criado mudo que eu guardava ali dentro, dentro de uma mochila, sabe aquelas mochila prástica antiga, do corinthians? Eu sou corintiana, né? Eu guardava ali dentro as praquinhas, né, os tijolos de droga, os que tavam sem trabalhar e os que estavam trabalhados, ou seja: os que tavam em pedra ainda, empedrado, e os que já estavam embolado, né, pra comércio. E a minha .765, que eu chamava de princesa. Sabe? Era minha arma. Uma .765 de nove tiros. E nisso, no que eu servia o “pibarí” eu esqueci a portinha, não tranquei. Sabe, foi a minha salvação. Fui, tomei banho e desci. A polícia me enquadrou, quando eu olhei pro morro assim, eu vi a minha filha. Aí ela correu, conforme ela correu eu pensei comigo assim né, menina travessa, né? Ela correu por que ela viu que eu vi ela na beira do morro, e eu brigava com ela sempre, “não fica na beira do morro que você vai cair lá em baixo e você vai morrer...” Aquele negócio de mãe né, pra mãe educar o filho e o filho não fazer aquilo. Aí ela correu. No que ela correu lá pra cima eu pensei assim, ai, tomara que ela acorda pelo menos o Nenê, né, que era meu marido na época. Falei “tomara que ela acorda o Nenê, né?” E tudo bem. Daí eles falaram assim “a gente vai acompanhar você até a tua casa”. Eu falei “tudo bem”, e eu tava com o coração a mil, né? Porque a droga tava toda dentro de casa, a arma, tudo. Eu falei “pronto, agora eu tô, flagrante lindo, eu vou acabar na cadeia”, pensei comigo. Mas não. Quando

nós chegamos em casa, o Nenê tava dormindo, realmente. Ele foi acordado pelos policiais, mas eu pensei que tinha sido uma encenação, eu pensei que não, que ele tinha acordado, dispensado tudo né, e tava voltando a dormir. Mas quando eu olhei pro criado mudo eu vi que o criado mudo tava com a chave, assim, ó. Eu falei “nossa, esqueci de trancar”. Daí eu lembrei de tudo, sabe assim, uma coisa rápida, aquilo tudo cena rápida. Mas o policial entrou e ele foi direto no criado mudo, sabe, direto. Quando ele abriu a porta do criado mudo caiu um monte de brinquedo de dentro do criado mudo. Aí eu olhei assim, né, olhei pro Nenê, eu respirei. Falei “graças a deus, né? O Nenê tirou as coisas de dentro de casa, né, jogou lá fora.” Porque tinha um monte de bananeira e era um barranco, né? Aí tá. Eles reviraram a casa, deixaram a casa de ponta cabeça, olharam tudo e não acharam nada. Quando eu dei por mim, eu falei “Nenê, cadê a droga, Nenê?” e ele falou assim “Que droga, meu, não sei de droga, eu não sei de droga nenhuma, eu tava dormindo, eu acordei com o revólver na minha cara!” e eu “cadê a droga???” e a Tatiane tá aqui do meu lado “mamãe, mamãe...” e eu falei “perai filhinha, a mamãe já vai dar o seu café, você quer, vai lá come pão, come pão.” E ela “Não, mamãe, a caconha, mamãe, a caconha, mamãe!” E aí eu olhei pra ela e falei assim “caconha???” E ela falou “é, caconha, mamãe! Jogou lá na bananeira!”

Parte 05: Daluana conta como ficou conhecida pelo nome de Daluana.

- Dez anos e meio, onze anos, que eu entrei pro tráfico. Ali na vital Brasil, na paineira. E ali foi onde eu comecei a ganhar dinheiro, morava em hotel, eu já não morava mais na rua. E foi aonde eu conheci o Dalua, do rio pequeno. Dalua, eu conheci o Dalua eu tinha o que, doze anos, doze anos e pouco, mais ou menos. Nego Dalua do rio pequeno, um cara muito conhecido também no meio do crime, né, puxador de carro, 157 nato, né? Nego Dalua. E eu me lembro, nosso encontro foi assim, eu tava na esquina da cidade universitária, por que eu vendia droga pros bicha, pros bicha, pros travesti... Pras prostitutas, até playboy de carro parava, entendeu? “E aí, tem um bagulhinho por aí, e tal?” entendeu? E o engraçado é que a gente sabia distinguir de polícia e boy, e usuário e não usuário, entendeu? É uma coisa que

eu não sei o que acontece, mas a gente sabe diferenciar um do outro. E eu conheci o Dalua, o Dalua encostou o carro assim, um taxista. E ele “e aí, vamo dar uma volta?” e eu falei pra ele assim “eu não saio com taxista.” Eu me passei por uma pessoa que eu não era, uma prostituta, entendeu? Falei “eu não saio com taxista.” E ele falou “Por que, o dinheiro do taxista é diferente dos outros?” eu falei “Não, filho, acontece o seguinte, você está me confundindo, eu não sou o que você está pensando.” E ele “Entra aí, meu, vamo dar uma volta, vamo fumar um baseado ali no relógio” Olhei no relógio, falei “vamo lá”. E fomos. Quer dizer, eu me simpatizei com ele e ele comigo, porém ele bem mais velho que eu, né? Na época o Dalua tava com o quê, eu tava com onze anos e meios pra doze anos, ele tava com uns trinta e oito, trinta e nove anos, nego velho, experiente. Por isso que o meu apelido é Daluana.

Parte 06: Daluana conta sobre o respeito que existia no crime antigamente.

- Minha filha nasceu dia vinte e quatro de dezembro, meu filho dia dez de novembro, minha filha dia dezenove de janeiro, então quer dizer, quando eu fazia uma festa, era fim de ano, mas vou dizer uma coisa pra você, minha casa lotava. Sabe, e o respeito que aqueles criminosos tinham por mim e pela população, vizinhança que morava ao meu redor, era muito grande. Que nem, chegava um colega meu...Lógico, naquela época era bem diferente o crime de hoje em dia, o crime de hoje eu desconheço totalmente, entendeu? Eu não sou mais criminosa, eu deixei de ser criminosa há muito tempo, entendeu, então por isso eu falo pra você, o crime de hoje eu desconheço. Mas o crime que eui conheci era uma coisa assim muito...muito franca, muito leal, sabe, ninguém matava ninguém por nada, entendeu? Pra matar uma pessoa tinha que ter um motivo muito grande. Sabe? Hoje em dia a gente vê aí, ó, ladrão mata um trabalhador por vinte, quarenta reais. Isso na minha época de criminalidade, isso não existia, entendeu? Então, aí eles chegavam na minha casa, ô dona Luana, apesar de eu ser jovem, mas pelo respeito que tinham por mim, ô dona Luana, guarda minha arma aí, façavor. Debaxo do meu colchão assim ficava cheio de revólver...

Parte 07: Daluana conta sobre um episódio que ficou conhecido como “O resgate dos bebês”

- *Tinha uma mulher aqui, e ela além de ter ganhado o neném, na perseguição, na época da prisão assim, que foi bem em cima, ela tomou um tiro. Ela foi baleada estando grávida, né? Pra você ver como que é, né? Foi quando teve o resgate. Eu lembro que eu tava na janela, eu ainda não tinha o externo, que é o trabalho de ir e voltar e nem tinha saidinha, então eu ficava na casa. E as meninas estavam chegando, as meninas que trabalham na rua estavam chegando, e foi o momento que eles, né, aproveitaram e tomaram o CASM, mas vieram mesmo na intenção de buscar esta mulher e esta criança, que eu não sei o nome, não sei quem são. Né? Aí eu tava na janela, to na janela, aí eu vi que tava acontecendo algum movimento assim, diferente, né? Falei “que que tá acontecendo ali?” e tal... Aí eu vi quando um dos homens tava com um, uma arma né, bem assim na costela do segurança da portaria, eu falei “gente, aquilo é um revólver!” As meninas “que isso, Luana?” e eu falei “É sim, vem ver, vem ver! Tá acontecendo alguma coisa, gente, é resgate, é resgate!” “Será Luana, será?” e eu falei “É resgate.” Aí sabe aquele... Ai, como chama aquele negócio que põe assim na corrente e corta? Bem grandão, sabe? Que os bombeiros usam, essas coisas assim, sabe? É uma ferramenta. Eu não sei o nome. Aí eu vi aquele negócio grandão assim, cortou a corrente, a corrente caiu no chão e eu falei “É um resgate, gente!” e ficamos todo mundo quietinho olhando né? Aí daqui a pouco nós só escutamos a voz do ladrão, nossa, deus me livre, chega até a emocionar a gente. O ladrão subiu as escadas gritando “amor, cadê você, eu vim te buscar!” Nossa, não teve uma, que não gritou “esse que é o ladrão que eu sonhei pra minha vida”, né, ô, ele veio buscar a mulher dele na cadeia e o filho, então foi uma coisa muito emocionante, de repente só dava a mãezinha correndo com os bebezinho no colo, só a mãezinha...Eu falei “Isso mesmo, leva todo mundo embora, leva os bebê, leva os bebê!” (risos).*

Parte 08: Daluana fala sobre beleza.

- Bom, eu não me acho uma mulher feia. Eu sou madura, mais madura né, lógico, mas quando a gente é nova a gente é bem mais bonita né, mais atraente... Agora eu vou dizer, eu já fui uma menina de parar o trânsito mesmo, sabe, eu sempre gostei de usar umas roupas bem colocadas, saltos maravilhosos, cabelos, né, bem grande, né? Os meus dentes eram dentes bonitos, independente quando eu usava prótese, eu usava uma prótese legal, a dentista fez uma prótese legal pra mim que nem parecia prótese, entendeu? Então, que nem, o Alexandre mesmo ele só descobriu que eu tinha prótese quando eu mordi o milho que eu tava com vontade de comer na gravidez do Pedro e ele percebeu que era uma prótese, mas ele não sabia que era uma prótese que eu usava, entendeu? Então eu sempre... Apesar que a beleza mesmo da pessoa, ela não é totalmente a beleza externa, e sim a beleza interna, né? E não estou querendo ser mais que ninguém nem me colocar como, né? Mas eu me acho uma pessoa bonita por dentro. Agora, eu já fui mais bonita do que eu sou hoje? Claro, com certeza, né? Mas isso é só questão de dar um trato no visual, deu um trato, já era! (risos).

Parte 09: Daluana fala sobre a dificuldade para a mulher presa na relação marido/mulher.

- Olha, eu vou dizer uma coisa pra você, não vou generalizar, por que tem homens que... eu, já eu que tô tirando eu passei por muitas cadeias, muitas coisas, eu vi que tem homens que realmente eles não abandonam a mulher em situação nenhuma. Mas eu vou falar uma coisa pra você, a maioria desses homens que não abandonam a mulher em situação nenhuma é prego. Por que eu vou dizer prego? Se você não sabe o que significa prego, é um trabalhador, é um homem honesto, um homem que levanta cedo, vai trabalhar, e tal. Por que um cara criminoso, um cara que é do crime, que é da mesma vida, ele não vem na porta da cadeia visitar mulher. Por isso que eu digo que quando a mulher criminosa tá na rua, ela tem marido. Quando ela vai pra cadeia, já era. E o pior de tudo isso é que quando ela sai, o bandido ainda quer

colocar o revólver na cara dela e falar “Cê é minha mulher!” Ué, quer dizer que eu sou sua mulher aqui na rua, quando eu tava lá na cadeia que eu precisava de você eu não era sua mulher?

CAPÍTULO 5

CAMPOS DE SENTIDO: REFLEXÕES COMPREENSIVAS

O presente capítulo se divide em duas partes: definição dos campos de sentido afetivo-emocional e reflexões sobre a experiência emocional. A primeira parte é necessariamente bastante concisa, na medida em que buscamos caracterizar nitidamente quais são as regras lógico-emocionais que definem cada campo (Herrmann, 1979).

Podemos considerar que se trata de realizar um trabalho análogo ao do desenhista ou pintor, que tem como objetivo precisar quais seriam os traços fundamentais segundo os quais se estruturaria uma paisagem. Na segunda parte, articulamos os campos interpretativamente produzidos com as comunicações da entrevistada e com questões vinculares, existenciais e sociais que são, a nosso ver, pertinentes.

DEFINIÇÃO DOS CAMPOS DE SENTIDO AFETIVO-EMOCIONAL

A abordagem psicanalítica do documentário "Histórias de Daluana", aqui tomado como acontecer humano, permitiu a produção interpretativa de quatro campos sentido afetivo-emocional, ou inconscientes relativos. Tais interpretações resultam de um procedimento que pode ser descrito, num linguajar que se inspira no pensamento winnicottiano, como "criação/encontro" de sentidos. Esta expressão indica uma visão segundo a qual todo ato interpretativo tem caráter paradoxal, na medida em que se ultrapassa e se mantém fiel ao material estudado.

Apresentamos, a seguir, as definições dos campos, que são os seguintes: "Valor Pessoal", "Menina-Noiva", "Mulher de Negócios" e "Mãe Desconcertante". Como veremos, abaixo, provavelmente os campos "Menina-Noiva" e "Mulher de Negócios" constelam-se como estratégias defensivas

diante das angustias vividas sob a vigência do campo do "Valor Pessoal". Podemos considerar que "Menina-Noiva" e "Mulher de Negócios" aparecem como regiões do campo maior do "Valor Pessoal", nas quais a inferioridade ou superioridade se definem segundo regras "locais". O quarto campo, "Mãe Desconcertante" guarda, também, relação com o campo "Valor Pessoal", referindo, especificamente, a avaliação de mulheres enquanto mães.

Valor Pessoal

Designamos, sob a denominação "Valor Pessoal", um campo de sentido afetivo-emocional, ou inconsciente relativo, que se organiza a partir da crença na existência de dois tipos de seres humanos, os superiores e os inferiores. Os primeiros devem ser valorizados e respeitados, enquanto os segundos merecem ser desprezados e humilhados. Quando as pessoas habitam tal campo, podem vivenciar, dependendo a posição que nele ocupam, sentimentos de humilhação, vergonha, revolta, inveja, orgulho, soberba e arrogância, entre outros.

Menina-Noiva

Usamos a denominação "Menina-Noiva" para nos referir a um campo de sentido afetivo-emocional, ou inconsciente relativo, que se organiza a partir da convicção de que o valor de uma mulher depende diretamente de características de seu parceiro, e indiretamente da beleza física que lhe permite conquistar o homem. A inferioridade ou superioridade da mulher se definiriam, aqui, a partir da inferioridade ou superioridade do parceiro e de sua maior ou menor beleza.

Mulher de Negócios

Com a expressão "Mulher de Negócios", referimo-nos a um campo de sentido afetivo-emocional, ou inconsciente relativo, que se organiza segundo a crença de que o valor de uma mulher depende diretamente da presença ou ausência de sua capacidade empreendedora pessoal. A inferioridade ou

superioridade da mulher seria determinada por sua maior ou menor realização no mercado.

Mãe Desconcertante

A expressão "Mãe Desconcertante" delimita um campo de sentido afetivo-emocional que se estrutura ao redor da crença de que a mulher-mãe tem valor quando ama e deseja intensa e profundamente a proximidade física da criança.

REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA EMOCIONAL

O campo denominado "Valor Pessoal" contém dois subcampos que se organizam em torno da humilhação como sofrimento. Pessoas que vivem em situação de precariedade social e que sofrem, por exemplo, abandono na infância ou adolescência defendem-se de modo que as leva à delinquência via uso e tráfico de drogas e, conseqüentemente, à criminalidade. Deste modo, pessoas como Daluana recorrem a modos de lidar com a humilhação através de uma auto valorização de si mesma como mulher por dois caminhos: como parceira, ou esposa de uma figura importante, neste caso o traficante Dalua, ou como ela própria no papel de criminosa, "uma mulher de negócios". Aqui, a dimensão de ser mulher surge como fundamental: é nesta condição de gênero que Daluana busca sua valorização, também como "noiva", o que nos permite concluir que a trajetória como traficante e presidiária é configurada e determinada pela identidade feminina.

O campo de sentido afetivo emocional, ou inconsciente relativo, denominado "Menina Noiva" expressa imaginários sociais conservadores e reacionários, segundo os quais a mulher ocuparia posição social subalterna. Ela aparece valorizada sobretudo por seus atributos físicos, de tipo sexual, que mobilizariam um parceiro diferenciado, dotado de características marcantes no sentido de uma certa liderança. Sendo assim, surge como uma espécie de príncipe que se destaca pelo seu modo de ser. É interessante notar que, até em sua identificação pessoal fica a marca da presença deste homem em sua vida, de modo que parece seguir "pertencendo" a ele. Este homem, com suas

capacidades de liderança traz, contudo, em seu nome, uma notícia de sua loucura, que parece suscitar, de modo ambíguo, alguma admiração. Ser “Dalua” ou ser “Dalua” não evoca apenas condição problemática, mas certo destaque. Temos, aqui, portanto, uma experiência marcada pelo desejo de ser cuidada pelo outro de modo peculiar, ou seja, encoberto por uma aura de sexualidade. Assim, há indícios de que caberia ao companheiro mais do que uma parceria amorosa, mas um cuidado que permitiria a Dalua deixar de ser uma menina abandonada para poder contar com quem cuide dela e a ensine a viver no mundo das drogas.

Por outro lado, ao transitarmos pelo campo “Mulher de Negócios”, deparamo-nos com o que parece ligar-se a um imaginário mais atual sobre a posição da mulher na sociedade. Vemo-nos diante de uma empresária dotada de iniciativa e inventividade e que, a partir de suas próprias ideias, consegue se realizar. Vale notar que esta dimensão, com claro significado de sucesso profissional, não é incompatível com a necessidade de ter um companheiro – ainda que não mais o próprio Dalua – nem com a de ser mãe. Desse modo, será no contexto de uma vida familiar aparentemente comum que cuidará de seus negócios e obterá seus ganhos.

Aqui, é interessante notar que o fato dos negócios serem ilícitos parece não ter grande significado na configuração do campo, figurando com um detalhe que gera contratempos com a polícia. Este campo de sentido afetivo emocional se organiza em torno do valor atribuído à capacidade de se destacar como cidadã emancipada, dotada de destacada capacidade de ação e iniciativa. Os sinais do sucesso, neste mundo, seriam a capacidade de empreender, a posse de conhecimentos técnicos específicos e de prestígio junto aos pares, bem como a conquista de ganhos financeiros. A partir desse campo, emergiram comunicações relativas à sua entrada e exercício no tráfico de drogas e às suas relações pessoais com outros traficantes, referidos como muito capazes de respeitosa e reconhecer sua competência. Também pertencem a este campo algumas histórias sobre suas realizações e criatividade no “lançamento” de tipos diferenciados de cocaína no mercado.

O inconsciente relativo denominado “Mãe Desconcertante” suscita muitas reflexões e coloca os próprios pesquisadores na berlinda, o que de um lado é desconfortável, mas de outro indica que o trabalho, como um todo, ocorreu de fato em campo intersubjetivo e transferencial. É curioso notar, aqui, como uma visão, não apenas bastante tradicional e conservadora, mas sobretudo característica das classes médias, acaba por se impor aos pesquisadores, que se desconcertam diante da conduta da entrevistada. Parece que estariam mais preparados para encontrar-se com uma mãe fria e negligente, pronta a separar-se de seu bebê de modo pouco afetivo, ou para travarem contato com uma mãe carinhosa e atenciosa, que estaria se desfazendo em lágrimas, angústia e desespero diante da iminência de desmame e separação. Contudo, esta é uma perspectiva que se baseia em expectativas e valores em relação à maternidade que se aproximam de um suposto “ideal” e em seu negativo imediato, que não necessariamente correspondem à complexidade das condições de vida de indivíduos que vivem em situação de maior precariedade social. Nestes casos, os contextos concretos de existência muitas vezes demandam maneiras de viver a maternidade diferentes daquelas tidas como “normais” pelas teorias psicológicas. Daluana se torna mãe de um modo que para nós fica difícil compreender, uma vez que o cuidado aos filhos aqui se insere numa situação concreta que mescla precariedade e delinquência, onde não deixa de haver um tipo de cuidado, mas um cuidado que não permite a convivência direta.

O quadro geral indica que a experiência emocional desta mulher, tal como surge em seu depoimento, expressa questões comuns a outras mulheres de sua classe social, cujos percursos não incluem delito e prisão. Fica evidente que os esforços de elaboração da própria experiência segue, portanto, tributário dos modos socialmente prevalentes sobre a posição feminina na sociedade.

CAPÍTULO 6

HUMILHAÇÃO E DELINQUÊNCIA: INTERLOCUÇÕES

A nosso ver, cumprimos o objetivo estabelecido de nossa pesquisa, na medida em que pudemos seguir fielmente o método psicanalítico, operado segundo procedimentos específicos de seleção, registro e interpretação de um acontecer humano constituído pelas comunicações de uma presidiária veiculadas em um documentário de curta-metragem. O trabalho, como um todo, inscreve-se como pesquisa acadêmica psicanalítica, subscrevendo as indicações de Fabio Herrmann (1979), quando defende o reconhecimento da primazia do método sobre a teoria e a terapêutica, destacando tanto seu poder heurístico como a possibilidade de ser utilizado fora de enquadres de atendimento. Complementamos as recomendações metodológicas deste autor com uma visão concreta da psicologia, difundida na América Latina por Bleger (1963), articulando os conceitos de conduta e campo de um modo que, a nosso ver, confere precisão à teoria herrmanniana dos campos (Aiello-Vaisberg e Machado, 2008).

Assim, nossa pesquisa qualitativa psicanalítica permitiu-nos chegar a uma compreensão do substrato afetivo-emocional não consciente que subjaz à experiência da entrevistada, ao produzir interpretativamente quatro campos de sentido afetivo-emocional, ou inconscientes relativos: “Valor Pessoal”, “Menina-Noiva”, “Mulher de Negócios” e “Mãe Desconcertante”. Por meio da “criação/encontro” desses campos, pudemos perceber que nos defrontamos com experiências emocionais fundamentalmente marcadas por dolorosos sentimentos de humilhação, que exigem uma busca de alívio, que se faz por meio do apelo a condutas defensivas (Bleger, 1963).

De certo modo, podemos concluir que a presente investigação nos conduziu à percepção da centralidade da questão da humilhação pessoal na experiência emocional da entrevistada. Este pode ser considerado um verdadeiro achado porque emergiu a partir do uso do método, que, como sabemos, exige desapego de doutrinas pré-estabelecidas. Assim, ao interpretar

as comunicações emocionais de Daluana colocamos teorias sobre delinquência e encarceramento entre parênteses, vale dizer, em suspensão fenomenológica. Entretanto, finalizando este trabalho, cabe entabular uma interlocução com outros autores, que se tenham debruçado ou se tenham aproximado do tema que é o objetivo da pesquisa. Por uma série de motivos, dentre os quais ressaltamos, principalmente, o fato de ser um autor bastante frequentado pelos integrantes do Grupo de Pesquisa, que elaborou uma teoria psicanalítica original sobre a tendência antissocial, optamos centrar nossas considerações finais sobre as contribuições de Winnicott (1946;1956; 1963; 1967).

Um ponto fundamental, a destacar, é justamente a originalidade da teoria winnicottiana sobre a tendência antissocial, tema tradicionalmente vinculado à psicopatia ou “loucura moral”. A etiologia desses quadros tem sido atribuída a fatores endógenos, possivelmente genéticos, localizada na interioridade da psique individual. Esta visão é rompida por Winnicott de modo radical, quando aponta que um determinado tipo de falha ambiental se encontra na origem deste tipo de problema. Nas palavras do próprio autor:

“Quando há uma tendência antissocial, houve uma verdadeira deprivação (não uma privação simples), isto é, houve a perda de algo bom que havia sido positivo na experiência da criança até uma determinada data, e que lhe foi retirado; esta retirada se estendeu por um período de tempo maior do que aquele durante o qual a criança consegue manter viva a recordação da experiência.” (Winnicott, 1956, p.117).

Um dos mais interessantes textos de Winnicott (1946) corresponde a uma palestra dirigida a magistrados, na qual se posiciona como primariamente interessado na compreensão do crime doença psicológica, que teria origem, a seu ver, na falta de confiança nas figuras parentais:

“Uma criança normal, se tem a confiança do pai e da mãe, usa todos os meios possíveis para se impor. Como passar do tempo, põe à prova o seu poder de desintegrar, de destruir, assustar, cansar, manobrar, consumir e apropriar-se. Tudo o que leva as pessoas aos tribunais (ou aos manicômios, pouco importa o caso) tem seu equivalente normal na infância, na relação da criança com seu próprio lar. Se o lar consegue suportar tudo o que a criança pode fazer para

desorganizá-lo, ela sossega e vai brincar [...] Antes de mais nada, a criança precisa estar consciente de um quadro de referência se quiser sentir-se livre e se quiser ser capaz de brincar, de fazer seus próprios desenhos, ser uma criança irresponsável.” (Winnicott, 1946, p.129).

Percebemos, nesse texto, que o autor detalha bastante claramente a falha ambiental que, a seu ver, produziria a tendência antissocial. Trata-se de não contar com um ambiente que suporte manifestações de auto afirmação que, necessariamente, assumem contornos de desafio e agressão. Diferem, portanto, daquilo que cabe ao ambiente prover ao lactente, que estão bem descritas em várias obras, mas em especial no importante texto intitulado “O Desenvolvimento Emocional Primitivo” (Winnicott, 1945).

Um bebê vive, como sabemos, uma situação de dependência absoluta, num estágio desenvolvimental não diferenciado, durante o qual não está, ainda, estabelecida discriminação entre “*me*” e “*not me*”. Sua sobrevivência depende radicalmente de cuidados de tipo materno, estejam ou não a cargo da mãe biológica. Entretanto, as necessidades modificam-se à medida que a criança cresce, à medida que entra numa fase de dependência relativa. Aqui um ponto interessante merece atenção: a falta de provisão na dependência absoluta gera, na visão winnicottiana, psicose, o que lhe permite concluir que a ausência de psicose pode ser interpretada como evidência de que o lactente recebeu cuidados suficientemente bons e que, em momento posterior, o ambiente falhou, quando a criança adquiria maior autonomia:

“Ora, o que acontece se o lar faltar à criança antes de ela ter adquirido uma ideia de um quadro de referência como parte de sua própria natureza? [...] Ao constatar que o quadro de referência de sua vida se desfez, ela deixa de se sentir livre. Torna-se angustiada e, se tem alguma esperança, trata de procurar um outro quadro de referência fora do lar. A criança cujo lar não lhe ofereceu um sentimento de segurança busca fora de casa as quatro paredes; ainda tem esperança e recorre aos avós, tios e tias, amigos da família, escola. Procura uma estabilidade externa sem a qual poderá enlouquecer. Fornecida em tempo oportuno, essa estabilidade poderá ter crescido na criança como os ossos em seu corpo, de modo que, gradualmente, o decorrer dos primeiros meses e anos de vida, terá avançado, da dependência e da necessidade de ser cuidada, para

a independência. É frequente a criança obter em suas relações e na escola o que lhe faltou no próprio lar.” (Winnicott, 1946, p. 130).

Como se vê, o autor admite que uma falha ambiental, no âmbito da relação da criança com os pais, pode ser sanada quando o ambiente imediato supre as necessidades de desenvolvimento da criança. Entretanto, quando esta solução não está disponível, os esforços, evidentemente não conscientes, da criança para obter o que lhe falta, conduzem-na a comportamentos antissociais:

“A criança antissocial está simplesmente olhando um pouco mais longe, recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional. Explico as coisas da seguinte maneira. Quando uma criança rouba açúcar, está procurando a boa mãe, de quem ela tem o direito de tirar toda a doçura que houver. [...] Também procura o pai, se assim podemos dizer, que protegerá a mãe de seus ataques contra ela, ataques realizados no exercício do amor primitivo. Quando uma criança rouba fora de casa, ainda está procurando a mãe, mas procura-a com maior sentimento de frustração e necessitando cada vez mais encontrar, ao mesmo tempo, a autoridade paterna que pode por e porá um limite. [...] Na delinquência plenamente desenvolvida, a situação fica difícil para nós como observadores porque o que nos chama a atenção é a necessidade aguda que a criança tem de um pai rigoroso, severo [...]” (Winnicott, 1946, p. 131).

A nosso ver, a visão winnicottiana deve ser considerada com atenção, porque vários pontos merecem ser discutidos. Evidentemente, trata-se de uma teoria local, destinada a explicar a eclosão de comportamentos antissociais no contexto da família padrão inglesa, durante o século XX. Preocupa-se tanto em demonstrar que a falha parental pode ser sanada de modo relativamente fácil, quanto o entorno social atende às necessidades da criança, como em demonstrar como o problema pode evoluir mal e chegar à delinquência, levando os infratores da lei aos tribunais e às prisões. O tratamento da tendência antissocial não seria, portanto, a psicanálise e sim nova e confiável provisão ambiental (Winnicott, 1956).

Consideramos que não apenas a precariedade social e o abandono são humilhantes, mas que também a própria prisão funciona como um

dispositivo humilhante, tanto quando é vista como instituição de punição, como quando é vista como instituição de reeducação ou reabilitação social, na medida em que trazem implícita a colocação da pessoa em um patamar de inferioridade. Certamente, outras instituições totais (Goffmann, 1974) operam no mesmo sentido – basta lembrar-nos, aqui, dos hospícios tradicionais. Entretanto, cabe aqui enfatizar este aspecto institucional, mesmo que não tenha sido ressaltado pela entrevistada, no documentário, porque se encontra compulsoriamente confinada em ambiente carcerário, ainda que num dispositivo diferenciado em função do puerpério.

Constatamos, portanto, que, mesmo reivindicando que a tendência antissocial não deveria ser considerada um diagnóstico clínico (Winnicott, 1956), o autor propôs uma compreensão que seguiu fielmente o modo psicanalítico de pensar a psicopatologia, tal como claramente enunciado por Freud (1916), quando abordou a relação entre desenvolvimento e regressão. Este texto freudiano, de importância fundamental, deu origem, posteriormente, a duas obras de sistematização do campo psicopatológico, que não devem ser esquecidas: a “Teoria Psicanalítica das Neuroses” de Otto Fenichel (1945) e a “Teoria Psicanalítica da Libido” de Karl Abraham (1924). Sendo assim, há que reconhecer que Winnicott se baseou numa forma de pensar consagrada no campo psicanalítico, inovando ao considerar o ambiente como fator fundamental para a produção da tendência antissocial.¹¹ Entretanto, sua contribuição vai mais adiante, ao defender que uma compreensão mais profunda do fenômeno levaria à percepção de que se configura de modo paradoxal, na medida em que atos de desordem e agressão trariam, em seu bojo, esperança em recuperar uma experiência do convívio materno que foi positiva e, posteriormente, perdida no período de independência relativa através de falhas ambientais (Justo, 2010). Aliás, não será essa a única vez em que invocará a figura do paradoxo como saída para a compreensão de problemas humanos (Aiello-Vaisberg, 2012; Roussillon, 2004).

¹¹Vale lembrar que de acordo com a visão winnicottiana, também a psicose deve ser considerada como produto de falha ambiental no atendimento às necessidades do recém-nascido e do bebê.

Entretanto, este pensamento, que se coerente com a tradição da psicopatologia psicanalítica, enquanto introduz idéias revolucionárias, num campo que ficou profundamente marcado pela descrença de Freud em sua neurótica¹², deve ser interrogado quando pesquisamos a experiência emocional de Daluana. De fato, a visão winnicottiana sobre a tendência antissocial e a delinquência parece contar com uma estabilidade social suficientemente boa, que poderia substituir eventuais falhas familiares, que teriam caráter local. Ou seja, o autor trabalha desde uma perspectiva que pressupõe certa preservação do tecido social. Infelizmente, não são estas as condições vigentes no Brasil contemporâneo, nem, diga-se de passagem, nas regiões que foram colonizadas pelos europeus. A miséria material, que não deve ser confundida com os modos segundo os quais sociedades tradicionais sobreviviam, segundo seus usos e costumes, mas reconhecida como produto do processo de colonização, parece dificultar a vida das populações dominadas de modo tão amplo e profundo a ponto de desestabilizá-las do ponto de vista cultural e de afetar o cuidado com as novas gerações. É com uma situação deste tipo que nos defrontamos quando lidamos com a infância brasileira abandonada, com crianças e adolescentes “de rua”. Só podemos compreender a experiência emocional de Daluana se considerarmos sua condição de menina “de rua”.

Assim, entendemos ser indispensável pensar, aqui, o conceito de falhas ambientais à luz do reconhecimento da vigência de situações de grave precariedade social. Não acreditamos que a existência de condições sociais adversas conduz, necessariamente, à privação e conseqüentemente à delinquência. Contudo, uma vez que os laços familiares estão esgarçados ou rompidos, uma vez que a precariedade se torna extrema e duradoura, provavelmente os cuidados às crianças ficam profundamente prejudicados, gerando privação.

Cabe, então, voltarmos-nos para os achados da presente pesquisa. De certo modo, podemos dizer que convergem com o esperado caso a teoria winnicottiana seja verdadeira, no sentido de que observamos privação e delinquência. Contudo, a experiência emocional da entrevistada, bem como os campos inconscientes relativos que a sustentam, como um avesso produtor de

¹² Conforme a carta 69, de 1897, de Freud a Fliess (Freud, 1887- 1904).

sentidos, trazem algo novo, que ultrapassa as considerações winnicottianas: a centralidade do sofrimento de humilhação. O material sobre o qual nos debruçamos não nos conduziu à visão da esperança e sim de uma luta persistente contra a humilhação social.

O quadro com o qual nos deparamos, nesta pesquisa, provoca uma questão específica: haveria uma relação entre humilhação e delinquência? Ou, mais precisamente, haveria uma relação entre humilhação e certas modalidades de delinquência, tais como o tráfico de drogas, que, como sabemos, estrutura-se de modo bastante semelhante ao de negócios legais, em termos de plantio para obtenção de matéria prima, industrialização em laboratórios, distribuição e comercialização? Inserir-se de modo competente numa rede de atividade ilegal seria um caminho de busca de respeitabilidade, de escape condições de inferioridade social?

Ora, um aspecto fundamental, a ser levado em conta, é a necessidade absoluta, a nosso ver, de não deixar nenhuma dúvida sobre o fato de que não estamos nos referindo a “sentimentos” de humilhação e sim a experiências de humilhação social e institucional, um fenômeno muito concreto, decorrente do modo como se vem organizando, historicamente, a sociedade em que vivemos, em termos sociais, econômicos e políticos.

Entretanto, constatamos que o tema não recebe, em nossos meios científicos, o destaque que merece. Naquela que é, talvez, a mais importante base de dados transdisciplinar, acessível ao pesquisador brasileiro, o Scielo, o termo “humilhação” rende um retorno de apenas três artigos, que, aliás, trazem contribuições significativas. Dois desses trabalhos foram escritos por pesquisadores brasileiros (Carreteiro, 2003 e Gonçalves, 1998), enquanto o terceiro consiste em elaboração de um pesquisador francês, que trabalha com psicanálise de grupo, André Sirota (2008).

O estudo de Sirota (2008) focaliza o fenômeno da humilhação social do ponto de vista psicanalítico, no âmbito de interações grupais face a face, considerando-o como a contrapartida do que denomina perversão social, um modo de se afirmar que depende da degradação do outro. Tais fenômenos grupais podem e devem ser estudados em termos de angústias e defesas individuais, desde que não se esqueça que reproduzem tendências presentes

numa sociedade que se estrutura em termos de relações de dominação e opressão.

Gonçalves (1998) destaca três importantes aspectos da humilhação social, que define como “*uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes*”. Primeiro, o autor desenvolve o conceito de morador impedido, trazendo uma análise dos bairros pobres nos grandes centros, que são fruto da extrema mobilidade das famílias de baixa renda. A seguir aborda a questão do trabalho, que se configura, a seu ver, como única esfera na qual aqueles que vivem em precariedade social encontrariam serventia e motivação, em detrimento do valor individual e dos laços sociais. Finalmente, destaca o papel excludente dos grandes centros urbanos, onde os espaços coletivos parecem servir a todos, menos aos pobres.

Carreteiro (2003) defende a tese da existência do que designa como “sofrimentos sociais”. Nessa linha, identifica, na sociedade contemporânea, a vigência de dois tipos de imaginários: o da excelência e o da inutilidade. No primeiro, destacar-se-iam o triunfo, a excelência, a superação de si próprio e a perfeição. O segundo surgiria a partir das diversas formas de exclusão, figurando a falta de sucesso e a desqualificação. Condições humilhantes gerariam, no seu entender, uma forma de defesa que denomina “lógica da virilidade”, que consistiria na adoção de comportamentos violentos como forma de rebeldia, na busca do heroísmo para obtenção de reconhecimento. Um dos caminhos para realização destas estratégias seria, justamente, o tráfico de drogas e a criminalidade.

Malgrado certas diferenças, a visão de Carreteiro (2003) converge com a nossa. Há claras semelhanças entre o que identifica e os campos de sentido afetivo emocional que aqui produzimos interpretativamente, focalizando a experiência de Daluana, principalmente se consideramos que os dois imaginários que aponta seriam faces de uma mesma moeda. Afinal de contas, é o sucesso de uns o que produz o fracasso de outros, é superioridade o que produz a inferioridade, é a normalidade o que produz a loucura, é o branco o que produz o negro, é o machismo que produz a mulher como “segundo sexo” (Beauvoir, 1949).

Finalizamos colocando uma ultima questão: se houver, como acreditamos, uma ligação importante entre humilhação e delinquência, todos os discursos relativos à prisão como escola da criminalidade devem ser revistos. Muitos deles se posicionam segundo modos mais ou menos reacionários, enquanto outros apresentam-se mais ou menos sintonizados com buscas por formas de convivência humana mais éticas e justas, aceitam esta relação como verdadeira. Contudo, nem todos percebem que se trata de uma visão simplista, que deriva de um comportamentalismo raso, que desconhece que atos e experiência humana derivam de motivações de caráter dramático, no sentido politzeriano do termo (Poltzer, 1929). Sendo assim, tendem os egressos das prisões à reincidência porque aprenderam novos golpes, novas formas de realizar infrações ou porque entram e saem das prisões como vítimas de duradoura humilhação social?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abraham, K. (1970). *Teoria psicanalítica da libido*. Rio de Janeiro: Imago.
- Alves, P. (2011). *O cinema brasileiro de 1961 a 2010 pela perspectiva de gênero*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro.
- Aiello-Vaisberg, T. M. J.; Machado, M. C. L. (2008) *Pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos à luz da teoria dos campos*. In: Monzani, J. M.; Monzani, L. R. (Org.). Olhar: Fábio Herrmann – *Uma viagem psicanalítica*. São Paulo: Pedro e João Editores, CECH-UFSCar, 2008. p. 311-324.
- Arós, A. C. S. P. C. (2009). *Irrealidade, futilidade e vazio: sofrimentos radicais e sociedade contemporânea*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.
- Avila, C. F. de, Tachibana, M., e Aiello-Vaisberg, T. M. J. A. (2008). *Qual é o lugar do aluno com deficiência? O imaginário coletivo de professores sobre a inclusão escolar*. Paidéia (Ribeirão Preto) 18 (39).
- Banister, P; Burman, E; Parker, I; Taylor, M. e Tindall, C (2006). *Qualitative methods in psychology: a research guide*. New York, Opera University Press.
- Bleger, J. (1963). *Psicologia da conduta*. (E. O. Diehl, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Bleger, José (1958). *Psicoanálisis y dialéctica materialista*, Buenos Aires, Paidós.
- Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria CM/MDS nº 551 de 09 de novembro de 2005. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família.
- Carreiro, T. C. (2003). *Sufrimentos sociais em debate*. Psicologia USP, 14(3), 57-72.

Ceballos, S. P. C. (2011). *Mal-estar, violência e cinema: um olhar psicanalítico*. Revista do Mestrado Letras, Linguagem, Discurso e Cultura – UNINCOR. V.2, Nº01. Três Corações/MG.

Conte et. al. (2007). *Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades*. Psicologia: Ciência e Profissão. V. 27 N. 1. Brasília.

Corbett, E. (2009). “*Até que a morte nos separe*” e outros campos do imaginário coletivo de estudantes de psicologia sobre sexualidade. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas: SP.

Couto, T., Tachibana, M., Aiello vaisberg, T. M. J. (2007). *A mãe, o filho e a Síndrome de Down*. Paidéia (Ribeirão Preto), 17, 265-272.

Davis, A.Y.; Dent, G. (2003). *A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição*. Revista de Estudos Feministas. V.11, nº2. Pp. 523-531

Fanon, Frantz. (1952). *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. de Maria Adriana da Silva Caldas. Salvador: Livraria Fator.

Feijó, M. C.; Assis, G. A. (2004). *O contexto de exclusão social e vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias*. Estudos de Psicologia 09 (1). 157-166.

Fenichel, O. (1981) *Teoria psicanalítica das neuroses*. Rio de Janeiro: Atheneu.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes, 23ª edição.

Freud, S. (1996c) Conferência XXII – *Algumas ideias sobre desenvolvimento e regressão – Etiologia*. In: Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: v.16. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916).

Freud, S. (1887-1904). *Lettres à Fliess*. Paris, PUF, 2007.

Goffmann, E. (1974) *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva.

Gilligan, C. (1982). *In a different voice*. Psychological Theory and Women's Development. London: Cambridge.

Gonçalves Filho, J. M.(2003). *algumas nota*. In: Bock, A. M. B. (Org). *Psicologia e Compromisso Social*. SP: Editora Cortez. Pp 193-239.

Gonçalves Filho, J. M. (1998). *Humilhação social – um problema político em psicologia*. Psicol. USP vol.9 n.2, São Paulo.

Gonçalves, G. S. (2006). *Panorama do documentário no Brasil*. Centro Universitário do Norte. Doc. Online.

Goldmann, L. (1971). *Structuralisme génétique en sociologie de la littérature*, em V. V. A. A., *op. cit.*, p. 21.

Gubernikoff, G. (2009). *A Imagem: representação da mulher no cinema*. Conexão - Comunicação e Cultura, USC, Caxias do Sul, V.08, nº15. Jan/jun.

Hamburger, E. (2007) *Violência e pobreza no cinema brasileiro recente: reflexões sobre a ideia de espetáculo*. Novos Estudos Cebrap, 78: 113-30.

Letelier, H.R. (2012). *A contadora de filmes*. Trad.: Eric Nepomuceno. Cosac Naify.

Herrmann, F. (1979). *O método psicanalítico*. EPU.

Hikiji, R. S. G. (2002). *Imagem-violência: mimesis e reflexividade em alguns filmes recentes*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Justiça, Ministério da. *Sistema Integrado de Informações Penitenciárias: banco de dados - InfoPen*. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>> Acesso em: 02 mar 2012.

Justo, J. S. e Buchinaner, L. G. C. (2010). *A constituição da tendência antissocial segundo Winnicott: desafios teóricos e clínicos*. Universidade Estadual Paulista. Revista de Psicologia da UNESP.

Laplanche, J. ; Pontalis, J.B. (1976). *Vocabulaire de la psychanalyse*. Editions Presses. Universitaires de France, Vendôme.

Luna, I. B. (2006). *O estupro e a “norma” de gênero no cinema*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília/DF.

Macedo, P. (2004). *A pena de prisão no Brasil. Uma análise à luz da sociologia do direito de Erving Goffman*. Revista da Esmese, nº 7, pp. 257-267.

Machado, M. (2009). *A formação do espectador de cinema e a indústria cinematográfica norte-americana*. Famecos/PUCRS. Nº22.

Mariño, J. F. (2002). *Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal*. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 220-244.

Mascarello, F. (2008). *Historia do cinema mundial*. Campinas. Papirus.

Mathis, A. A.; Nascimento, M. A. C.; Gomes, V. L. B. (2010). *Programa de renda mínima e o debate sobre necessidades na tradição marxista*. Ser Social, Brasília, v. 12, n. 27, p. 8-32, jul./dez.

Memmi, A. (2007). *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mitchel, S.A. (1988). *Relational concepts in psychoanalysis: na integration*. Cambridge. Harvard University Press.

Moore, B.; Fine, R. (1990). *Psychoanalytic terms and concepts*. New Haven, Yale University Press.

Morettin, E.V. (2011). *As exposições universais e o cinema: história e cultura*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 231-249.

- Netto, G. A. F. (2001). *Wim Wenders: psicanálise e cinema*. São Paulo: Unimarco
- Nichols, B. (2005). *Introdução ao documentário*. Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas/SP: Papyrus.
- Oliveira, B. J. (2006). *Cinema e imaginário científico*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. Vol.13, Rio de Janeiro.
- Ottone, G. (2007). *O renascimento do cinema brasileiro nos anos 90*. In: Revista ALCEU. Rio de Janeiro: PUC-RIO, v.8, n.15, jul./dez.
- Parker, J. (2005). *Qualitative psychology: introducing radical research*. London Open University Press.
- Pinto, M. I. M. B. (1999). *Cultura de massas e representações femininas na Paulicéia dos anos 20*. Revista de História São Paulo, v. 19, nº 38, p. 139-163.
- Politzer, G. (1975). *Crítica dos fundamentos da psicologia* (2a ed.). Lisboa: Presença. (Original publicado em 1929).
- Pontes, M. L. S., Cabrera, J. C., Ferreira, M. C., e Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2008). *Adoção e exclusão insidiosa: o imaginário de professores sobre a criança adotiva*. Psicologia em Estudo, 13, 495-502.
- Rauter, C. (1989). *Diagnóstico psicológico do criminoso: tecnologia do preconceito*. Revista do Departamento de Psicologia da UFF, Pp. 9-22.
- Riemenschneider, F.; Chinalia, M. J. S.; Vaisberg, T. M. J. A.. (2011) "Tudo por causa dele": o imaginário coletivo de presidiárias sobre sua experiência de vida. IX Jornada Apoiar Violência doméstica e Trabalho em Rede: Compartilhando Experiências - Brasil, Argentina, Chile e Portugal., 2011. v. 9. P. 199-204.
- Rivera, T. (2008). *Cinema, imagem e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Roudinesco E. , Plon M. (1998) *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Roussillon, René. (2006). *Paradoxos e situações limites na psicanálise*. São Leopoldo: Unisinos.

Roussillon, R. (2004). *Winnicott et le besoin de la folie*. In Bouhsira, J; Durieux, M. C. Winnicott Insolite. Paris, PUF.

Rossini, M. de S. *Favelas e favelados: a representação da marginalidade urbana no cinema brasileiro*. Sessões do Imaginário, Porto Alegre, v. 10, p. 29-34, 2003.

Santos, R. E. (2011). *2 Vezes 5 vezes favela: aproximação e distanciamento do cinema brasileiro*. Intercom – RBCC. V. 34, nº2. São Paulo.

Schwarzman, S. (2005). *Ir ao cinema nos anos 20*. Revista Brasileira de História. Vol.25 nº49, São Paulo.

Silva, F. B. (2005). *Finalidades e fundamentos do direito de punir: do discurso jurídico ao criminológico*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba/PR.

Silva, J. M. (2010). *Causas econômico-sociais do encarceramento em massa*. Santa Catarina: UFSC.

Sirota, A. (2008). *Humilhação social: uma reflexão do ponto de vista psicanalítico*. Estudos de Psicologia. 25(4) 557-565. outubro – dezembro.

Stolorow, R.D.; Brandchaft B & Atwood, G. E. (2000). *Psychoanalytic treatment: an intersubjective approach*. Hillsdale, NJ Analytic Press.

Tachibana, M. (2006). *Rabiscando desenhos-estórias: encontros terapêuticos com mulheres que sofreram aborto espontâneo*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP.